



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



KATH RENNALY LACERDA DE OLIVEIRA

**ENTRAVES E POSSIBILIDADES DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DO PPP NA ESCOLA PÚBLICA**

**CAJAZEIRAS – PB
2015**



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



KATH RENNALY LACERDA DE OLIVEIRA

**ENTRAVES E POSSIBILIDADES DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DO PPP NA ESCOLA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores-Campus de Cajazeiras/PB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes

**CAJAZEIRAS – PB
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Denize Santos Saraiva Lourenço- Bibliotecária CRB/15-1096

Cajazeiras - Paraíba

O482e Oliveira, Kath Rennaly Lacerda de

Entraves e possibilidades do processo de elaboração e implementação do PPP na escola pública. / Kath Rennaly Lacerda de Oliveira. Cajazeiras, 2015.

78f. : il.

Bibliografia.

Orientador (a): Prof. Wiama de Jesus Freitas Lopes.

Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

KATH RENNALY LACERDA DE OLIVEIRA

**ENTRAVES E POSSIBILIDADES DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DO PPP NA ESCOLA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, como
requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

DATA DE APROVAÇÃO: 02/12/2015

Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA

Wiana de Jesus Freitas Lopes

Prof. Dr. Wiana de Jesus Freitas Lopes

Presidente da Banca/UFCG-CFP-UAE

Dorgival Gonçalves Fernandes

Prof. Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes

Examinador/UFCG-CFP-UAE

Maria de Lourdes Campos

Prof.^a Dra. Maria de Lourdes Campos

Examinadora/UFCG-CFP-UAE

Maria Gerlaine Belchior Amaral

Prof.^a Dra. Maria Gerlaine Belchior Amaral

Examinadora Suplente/UFCG-CFP-UAE

Dedico este trabalho a todos que direta ou indiretamente estiveram ao meu lado, no percurso até essa conquista que aqui se concretiza. A todos os professores pelos conhecimentos compartilhados ao longo do curso. Ao meu orientador Wiama, por seus ensinamentos, paciência e atenção. Aos meus pais, por acreditarem sempre em mim e fazerem o possível e impossível para que esse sonho se tornasse real. Ao meu esposo por todo o incentivo durante o curso. A toda minha família e amigos, pelos valores construídos e momentos vivenciados. Enfim, a todos que estiveram presentes na minha vida até aqui, a vocês destino este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pela proteção diária, pela fé e coragem que em mim fez nascer a cada dia, para que eu pudesse conquistar mais essa vitória em minha vida.

Aos meus pais José Carlos e Neide, por me ensinarem a retidão do caminho, por acreditarem sempre no meu potencial e por me proporcionarem uma infância voltada á uma vida estudantil digna e determinante para a pessoa que hoje sou.

A minha família, em nome dos meus irmãos Karla e David, por serem sempre a minha referência, e por estarem a todo o momento presentes na minha vida, nas horas de tristezas e vitórias.

Ao meu marido Rodrigo, por ter sido o principal incentivador para o meu ingresso em um curso superior e por acrescentar razão e beleza aos meus dias.

Ao meu orientador e professor, Wiama, pela confiança depositada no meu potencial e pela disponibilidade de me aceitar como orientanda, me auxiliando desde o início desta monografia, direcionando-me da melhor maneira com muita paciência e educação.

Agradeço aos professores Dorgival Fernandes, Lourdes Campos e Gerlaine Belchior por aceitarem com prontidão fazer parte da minha banca de defesa, como, também, pelas contribuições enquanto educadores tanto em minha formação, quanto na avaliação deste trabalho.

Aos mestres, minha eterna gratidão por todos os ensinamentos ao longo do curso. Nem todos os agradecimentos do mundo seriam suficientes para demonstrar o meu sentimento por vocês

Enfim, a todos, o meu MUITO OBRIGADA!!!

“Projeto apóia-se no verbo “projetar” que, entre outros, têm o significado de estender-se, prolongar, continuar, espichar. Projeto é, pois, ação continuada, sem final em si mesma e, possivelmente, provocado de novas ações. Evidentemente todo projeto inclui o novo, o diferente, possuindo, em seu íntimo, por um lado certa dose de crítica ao presente, por outro, certa dose de utopia a ser alcançada. (...) Projeto requer dois sentimentos: paciência e persistência (...).”

(RONCA, 1996, p. 35)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo os entraves e possibilidades do processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico-PPP na escola pública. Portanto, como questão de pesquisa para balizar a investigação foi estabelecido: “compreender por quais desafios e possibilidades ocorre a elaboração e a implementação do Projeto Político Pedagógico em Escolas Públicas? A partir desse referenciamento, o objetivo desta investigação, no geral, foi o de analisar como ocorrem a elaboração e a implementação do PPP, em escolas públicas da cidade de Cajazeiras – PB, frente aos desafios e possibilidades inerentes aos processos de elaboração e implementação do PPP em escolas públicas. A metodologia adotada para esse estudo foi de abordagem qualitativa, com a utilização de estudos bibliográficos e entrevista semiestruturada. O que resultou na catalogação dos dados a partir de treze questões-tema configuradas em função de pesquisa exploratória previamente desenvolvida em atividades acadêmicas do curso dos componentes curriculares de Teorias da Gestão, Gestão Escolar, Estágios Supervisionados em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Participaram desse estudo nove profissionais de três instituições pública estaduais da cidade de Cajazeiras-PB, dentre esses três gestores, três coordenadores e três professores. Nessa perspectiva, no processo de construção do Projeto Político Pedagógico, como aproximações conclusivas dessa investigação pode-se mencionar que, um PPP necessita ser visto e compreendido a partir de um espaço em que se mostra necessário cada vez mais resgatar os momentos de debate e diálogo no âmago das instituições, em prol de um caminho para se chegar a uma reflexão coletiva das ações – e dos resultados – desenvolvidas no cotidiano das instituições, bem como a um maior entendimento das questões teórico-metodológicas que perpassam esse espaço. Isto posto, acredita-se que a construção de um Projeto Político Pedagógico que leve em consideração a realidade do contexto sócio-educativo precisa estar claro no trabalho da gestão e equipe pedagógica das instituições de ensino, na medida em que essa construção será resultante na qualidade da educação oportunizada pela escola aos educandos.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Elaboração e Implementação de PPP. Escola Pública.

ABSTRACT

This work has as object of study the obstacles and possibilities of drafting and implementation of PPP Pedagogical-Political Project in public schools. Therefore, as a matter of research to guide the research was established, "by which to understand challenges and opportunities is the development and implementation of the Pedagogical Political Project in Public Schools? Based on this referral, the goal of this research, in general, was to examine how occur the development and implementation of PPP in public schools in Cajazeiras - PB, the challenges and possibilities inherent in the drafting and implementation of PPP in public schools. The methodology for this study was a qualitative approach, using bibliographic studies and semi-structured interview. What resulted in the cataloging of data from thirteen subject-matters set in exploratory search function previously developed in academic activities in the course of curriculum components of Management Theories, School Management, Supervised Internship in Kindergarten and Years Elementary School Initials. Participated in this study nine professionals from three state public institutions of the city of Cajazeiras-PB, among these three managers, three engineers and three teachers. From this perspective, in the construction process of the Pedagogical Political Project as conclusive approaches this research may be mentioned that a PPP needs to be seen and understood from a space in which increasingly appears necessary to rescue the moments of debate and dialogue at the heart of institutions, towards a way to reach a collective reflection of the shares - and results- developed in the daily life of the institutions as well as to a greater understanding of the theoretical and methodological issues that permeate this space. That said, it is believed that the construction of a Pedagogic Policy Project that takes into account the reality of the socio-educational context needs to be clear in the work of the management and teaching staff of educational institutions to the extent that this construction will result in quality education nurtured by noseducativos school.

Keywords: Pedagogical Policy Project. Preparation and Implementation of PPP. Public school.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - CONCEPÇÕES SOBRE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP	15
1.1 Circunscrevendo o contexto.....	16
1.2 Conceituando Projeto Político Pedagógico.....	19
1.3 Relevância e aspecto político do Projeto Político Pedagógico na Escola Pública	24
CAPÍTULO II - CAMINHOS METODOLÓGICOS TRILHADOS PARA A EFETIVAÇÃO DA PESQUISA.....	32
2.1 Informações sobre a coleta.....	33
2.1.1 Tipo de pesquisa.....	33
2.1.2 Instrumentos utilizados.....	34
2.1.3 Sujeitos da pesquisa.....	35
2.1.4 Panorama do <i>locus</i> da pesquisa	38
2.1.5 Coleta e análise dos dados	41
CAPÍTULO III - PRINCIPAIS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO .	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	68
APÊNDICES	71

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico intitulado “Entraves e possibilidades do processo de elaboração e implementação do PPP na escola pública”, refere-se a um trabalho exploratório elaborado com abordagem qualitativa que surgiu da inquietação de se compreender por quais desafios e possibilidades ocorrem a elaboração e a implementação do Projeto Político Pedagógico em Escolas Públicas, haja vista que essa é uma discussão necessária ao pleno funcionamento e à qualidade das práticas consolidadas nas instituições de ensino. Para tanto, foi elaborado como objetivo geral: analisar como ocorrem a elaboração e a implementação do PPP, em escolas públicas da cidade de Cajazeiras – PB, frente aos desafios e possibilidades inerentes aos processos de elaboração e implementação do PPP em escolas públicas. E, a partir disso, foram delineados três outros objetivos, de caráter específico, que deram suporte à estruturação dos capítulos dessa produção, foram eles: compreender diferentes conceitos e definições relativos ao PPP mais especificamente desenhados por dentro de escolas públicas; levantar os desafios, entraves e possibilidades mais recorrentes do processo de elaboração e implementação do PPP em escolas públicas e identificar a importância do PPP em âmbito escolar no processo de organização do trabalho pedagógico de escolas públicas.

De início é possível se reportar à realidade educacional que é vivenciada há muito tempo, como sendo uma educação tradicional que visa, na maioria dos casos, suprir as necessidades mercadológicas, em que os sujeitos — tanto educandos quanto educadores — são vistos relativamente como máquinas que, “robotizadas”, atuam em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e alienante, esquecendo, desta forma, de priorizarem o essencial, uma formação integral enquanto sujeitos pertencentes a um determinado contexto e que necessitam portanto, de um planejamento que leve em consideração as suas especificidades de se apropriarem e transformarem o mundo (preferencialmente a partir de uma racionalidade economicamente e socialmente sustentável).

Em meio a essa discussão e considerando relevante a temática em estudo por ser de uma necessidade emergente na realidade das escolas públicas nos dias de hoje, a escolha da temática justifica-se pela necessidade de uma sociedade

contemporânea que compreenda a relevância de um novo olhar e da qualidade que deve perpassar os processos de elaboração e reelaboração do Projeto Político Pedagógico em instituições públicas de ensino, pois, o PPP deve ser visto como um instrumento que possibilita uma materialização consciente das ações que são pensadas e desenvolvidas no âmbito escolar, ao ponto que reflete a presença, ou não, de uma gestão democrática e participativa, bem como condizente com as necessidades e particularidades dos sujeitos aos quais ela se destina, nos diferentes níveis de ensino.

Foi durante algumas vivências com o cotidiano de instituições públicas de ensino, através dos componentes curriculares de Teorias da Gestão, Gestão Escolar, Estágios Supervisionados em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como da experiência com pesquisas de campo, que surgiu a inquietação de desenvolver estudos e pesquisas em relação à implementação do Projeto Político Pedagógico, compreendendo os potenciais do PPP em relação à função social da escola no cotidiano das escolas em geral, de modo que permite pensar e repensar as principais dificuldades e possibilidades de caminhos a serem percorridos, em prol da melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de escolarização.

Mediante os diferentes problemas existentes no âmago das instituições de ensino, cabe ao corpo docente, bem como a gestão escolar, compreender a partir do coletivo, a necessidade do reconhecimento e da relevância das ações pensadas no momento de elaboração do Projeto Político Pedagógico, como forma de colocar em prática o que é refletido acerca das principais questões que perpassam o cotidiano escolar. O PPP se apresenta aqui como importante caminho de consolidação das principais escolhas teóricas e metodológicas pensadas mediante diferentes questões e posicionamentos político-pedagógicos no âmbito escolar. A presença de questões referentes ao Projeto Político Pedagógico nos cursos de formação de professores é algo que precisa ser efetivado pelas instituições de ensino superior, levando em conta que grande parte dos gestores escolares não são graduados em Pedagogia – sendo, em grande número, formados em licenciaturas como História, Geografia ou Letras.

O incentivo às escolas por parte dos cursos de formação de professores se mostra cada vez mais necessário mediante a formação de profissionais da área educativa, ao ponto que requer a utilização de discussões nos cursos, como forma

de possibilitar aos profissionais já atuantes, um repensar das questões que perpassam o PPP na escola. Cursos de formação complementar com ênfase nas especificidades que compõem os processos de elaboração e reelaboração do Projeto Político Pedagógico no âmbito escolar, também se mostram como alternativas para suprir as carências de informações por parte de muitos profissionais acerca deste documento tão importante para o dia-a-dia das instituições escolares.

A reestruturação do Projeto Político Pedagógico deve permear essas discussões, pela qual seja efetivada uma reestruturação – a partir dos processos de sensibilização da equipe administrativa e pedagógica no âmbito educativo – que leve em conta as forças, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças do público atendido, e que protagonizam o funcionamento da escola pública, bem como a elaboração de estratégias teóricas e metodológicas para materializar no cotidiano das instituições de ensino aquilo que se encontra no papel. Pois, deve-se considerar as peculiaridades do público atendido, como o contexto socioeconômico e as particularidades distintas dos educandos, possibilitando um atendimento educacional que contemple um agir mediante o que é primordial e necessário em meio a esse processo.

Repensar as ações educativas a partir da reelaboração do Projeto Político Pedagógico requer, primeiramente, uma mudança de postura mediante o que se compreende por educação e formação da cidadania. Tais mudanças devem levar em considerações as limitações das instituições de ensino no lidar com diferentes questões da realidade contemporânea. Questões como violência, tempo e espaço adequados para o desenvolvimento da aprendizagem, problemas no processo de ensino-aprendizagem e dentre tantos outros, requerem um novo olhar sensibilizador e adequado com o contexto vivido, e a elaboração e implementação de qualidade do Projeto Político Pedagógico nas instituições de ensino possibilita essa conquista.

Nessa perspectiva, as concepções teóricas e metodológicas que perpassam o processo de elaboração de um Projeto Político Pedagógico, devem ser permeadas por uma gama de reflexões que atinjam os diferentes grupos, de modo a realizar de forma coletiva a consolidação dos processos de se pensar e efetivar as ações que são propostas no PPP de uma determinada instituição de ensino. Esse repensar consciente requer uma mudança de atitude perante as especificidades que

compõem esses processos, ao ponto que deve estar em consonância com a própria filosofia educativa da escola.

Sabendo disso, torna-se cada vez mais relevante desenvolver estudos e pesquisas que versem sobre a determinada temática, a fim de entender como essa estar sendo abordada nas escolas públicas e quais são os principais entraves e possibilidades em meios aos processos de elaboração e reelaboração do Projeto Político Pedagógico.

O referente trabalho monográfico fundamentou-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e em autores como: Gadotti (2015), Paro (2006), Vasconcelos (2013), Marques (1990), Veiga (2004), dentre tantos outros autores que contribuem para as discussões sobre Projeto Político Pedagógico e organização escolar, bem como a partir de estudos, leituras e análises dos dados coletados por meio de reflexões e dos procedimentos de aplicação das entrevistas realizadas com os sujeitos participantes da pesquisa, ou seja, professores, coordenadores e gestores que se disponibilizaram a participar de tal estudo.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos de investigação, quanto à coleta de dados, a técnica utilizada para tanto, foi entrevista semiestruturada contendo treze questões-tema que vieram de pesquisa exploratória –, pelo qual foi possível obter uma significativa demanda de dados que serão analisados posteriormente a partir da análise de conteúdo – cujos participantes dessa investigação foram nove profissionais da educação, dentre eles três professores, três gestores e três coordenadores de três instituições públicas estaduais da cidade de Cajazeiras - PB.

Foi por meio do tipo de pesquisa de abordagem qualitativa que foram possíveis levantar diferentes discussões acerca do objeto em estudo, trabalhando com descrições, interpretações, utilizando instrumentos e técnicas de perguntas que permitissem a compreensão e análise qualitativa do estudo.

Para uma melhor compreensão do que foi discutido neste estudo, o desenvolvimento de determinado trabalho resultou na construção de três capítulos, que foram estruturados e organizados da seguinte forma: O primeiro capítulo intitulado de “Concepções sobre Projeto Político Pedagógico”, refere-se ao capítulo teórico e vem pontuando uma série de discussões sobre os principais conceitos de diferentes autores em relação às especificidades que perpassam as questões teóricas e metodológicas sobre o PPP.

No segundo capítulo intitulado “Caminhos metodológicos trilhados para a efetivação da pesquisa” apresentaremos os procedimentos metodológicos utilizados para realização do trabalho, e nele está contido o problema instigador do estudo, objetivos elaborados, tipo de pesquisa, contextualização do *locus* e sujeitos da pesquisa, instrumentos utilizados para coleta de dados, e por fim, os procedimentos para a análise dos dados obtidos.

O terceiro capítulo intitulado “Principais desafios e possibilidades no processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico” refere-se à análise dos dados coletados. Nesse momento, serão apresentadas as informações obtidas através do instrumento de pesquisa, e feita um contraponto com o embasamento teórico que possibilitou a discussão do nosso objeto de estudo.

Portanto, a partir da apresentação e delineamento desse trabalho, espera-se que este estudo contribua para aprofundar as discussões sobre as questões que perpassam a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico em instituições públicas de ensino, colaborando para sensibilizar e consolidar teórico-metodologicamente iniciativas político-pedagógicas de docentes e técnicos, além de gestores, em relação às superações dos principais entraves e de possibilidades que corroborem com o efetivo sucesso de organização e gestão em curso e em sistematização — especialmente — nas escolas públicas.

CAPÍTULO I - CONCEPÇÕES SOBRE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-PPP

Neste capítulo será tecido um entrelaçamento de discussões sobre Projeto Político Pedagógico, a partir de enfoques de teóricos como Veiga (2001), Gadotti (1994), Vasconcelos (2013), entre outros que possibilitou um olhar com atenção ainda sobre o seguinte problema de pesquisa: Por quais desafios e possibilidades ocorrem a elaboração e a implementação do Projeto Político Pedagógico em Escolas Públicas? Trata-se de uma seção na qual referencialmente se apresenta os principais conceitos e definições acerca de PPP. Sem perder de vista as circunstâncias que esses conceitos e definições são estabelecidos em meio a tensão, movimento, contradições e mudanças pelas quais passam, naturalmente, a gestão de escolas públicas.

Nesta etapa do trabalho monográfico será discutido também, a respeito da significativa relevância do PPP em âmbito escolar, no que concerne ao seu processo de organização do trabalho pedagógico na escola pública e das suas relações de articulação com a própria função social desta enquanto instância pública de fomento aos processos de socialização em prol da qualidade de vida, no todo.

No século XIX se difundiu a noção de instrução pública vinculada à iniciativa de organização dos sistemas nacionais de ensino, tendo como objetivo permitir o acesso de toda a população de cada país a uma escola capaz de garantir o domínio das competências relativas ao ler, escrever e contar [...]. (SAVIANI, 2003, p.03)

A escola pública no Brasil enfrenta uma série de desafios estruturais no tocante a seu funcionamento e razão de ser. Isto também reverbera-se com ênfase no plano do reconhecimento e da valorização dos seus profissionais, na grande maioria, bem como no pouco investimento em recursos humanos, físicos e/ou materiais. Estes obstáculos aparecem de modos muito comuns, nas mais diferentes regiões, fala-se de problemas tanto nesses aspectos quanto de descaso e desinteresse com a causa da educação, enquanto obrigação do Estado, que por sua vez, tem o dever de oferecer educação de qualidade para todos. A educação pública que se almeja é aquela que possibilite aos educandos, uma formação que lhe

permita identificar problemas, elaborar hipóteses e propor soluções para diferentes vivências que perpassam o seu cotidiano.

Para tanto, é necessário que docentes e dirigentes públicos venham refletir sobre o valor da educação, pois esta requer das autoridades e da própria sociedade o reconhecimento de sua importância, já que através dela poderá ocorrer o desenvolvimento humano, a preparação para o exercício da cidadania e demais aprendizagens, a partir de reflexão e práticas fundamentalmente potencializadas por meio da organização político-pedagógica da escola.

A escola pública ganha força com a união de todos os seus membros que devem se unir em torno da elaboração de seu documento primordial, que é o Projeto Político Pedagógico, que surge da perspectiva coletiva, ou seja, de unidade, que requer o compromisso de todos em sua elaboração e execução contínua em parceria, porém, ainda é preciso avançar bastante, no que diz respeito ao Projeto Político Pedagógico-PPP, porque ele não ganhou ainda, no geral, o devido empenho da gestão escolar e nem, também, dos demais membros responsáveis por uma participação consolidada para o bom funcionamento da escola pública, enquanto patrimônio público qualificador dos processos de socialização e de geração de trabalho, renda e cidadania, que deve ir desde a sua elaboração até a execução deste.

1.1 Circunscrevendo o contexto

Se pensarmos no atual quadro que tem vivenciado a sociedade, vemos que este, tende a gerar um longo processo de intensa exclusão de grande parte da população do país, de modo que marginaliza uma série de sujeitos, que são apartados das oportunidades de melhores condições de vida. Com isso, compreende-se, que se mostra cada vez mais urgente, a necessidade da existência de um maior número de instituições de ensino que discutam diferentes alternativas que venham a oportunizar a estes sujeitos, uma maior participação e inserção mediante às condições materiais de trabalho que podem e devem ser presentes na sociedade.

Em relação a existência de uma maior participação da comunidade escolar, bem como dos profissionais de diversos segmentos das escolas nos processos

decisórios, compreende-se que na década de 1980, o país, ganhou significativa força no movimento em defesa da participação de um maior número de pessoas nos processos decisório nas áreas educacionais, de modo que isso significava uma maior participação no que se refere as escolhas e caminhos consolidados para efetivação da proposta educacional das instituições de ensino, bem como das especificidades que são resultantes desta, em prol de uma maior autonomia das escolas. Porém, a consolidação das lutas do referente movimento, se deu no ano de 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio como forma de consolidar uma série de lutas e reivindicações que vinham surgindo em torno da organização e implementação das propostas educativas nas instituições de ensino do nosso país, bem como da gestão democrática e da consolidação dos processos civis de coesão e organização do trabalho pedagógico na escola em prol da qualidade de vida de egressos – isso numa perspectiva de fomento das relações culturais de vivências e fortalecimento da democracia como sistema, no todo. Grande parte dessas lutas acabou sendo resultante em alguns eixos que contemplavam a devida organização do trabalho a ser desenvolvido pelas instituições de ensino no que compete aos objetivos que situacione aqui o PPP como a referência para o alinhamento das ações educativas, via escola.

Dentre os eixos criados para melhor compreensão de como deveria se dar a organização do trabalho escolar nas instituições de ensino, encontra-se como principais norteadores desse trabalho, a flexibilidade, responsabilidade, autonomia, participação e planejamento coletivo – discussão essa presente nas obras de Veiga (2001). Todos esses pontos são primordiais para a qualidade do trabalho que é desenvolvido dentro das instituições de ensino, a partir da elaboração e implementação do projeto político pedagógico destas.

A própria identidade da escola se constitui a partir do trabalho dos diferentes profissionais da instituição em meio aos processos de se pensar e elaborar uma proposta de Projeto Político Pedagógico, ao ponto que se faz essencial atentar-se para o fato de que grande parte da qualidade desse trabalho depende significativamente como nos aponta Vasconcelos (2013), das características de flexibilidade e autonomia presentes na elaboração do PPP.

A flexibilidade necessária no processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico, diz respeito à “descentralização das competências que

visa à desburocratização dos processos de gestão da educação (Artigos 9, 10, 11, 16 e 17). Nessa passagem da Lei, vemos a emergência de um novo paradigma que se coloca sob um até então hegemônico, de modo que as instituições de ensino e não o sistema, passam a ser vistas como primordiais a considerar-se nesse processo. Nessa perspectiva, passa-se a atribuir maior relevância aos processos que são pertinentes a elaboração do PPP nas diferentes instituições de ensino.

Já no que compete a autonomia necessária as instituições de ensino no momento de elaboração e implementação do projeto político pedagógico. Segundo o teórico que se segue, a autonomia está intrinsecamente ligada a concepção democrática-participativa dos processos decisórios educacionais, de modo que

A concepção democrática-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, uma vez tomada as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assuma sua parte do trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações. (LIBÂNEO, 2009, p.324)

A autonomia por parte das instituições de ensino nos processos decisórios que competem a diferentes sujeitos presentes nesse espaço deve-se dar, de forma espontânea e coletiva, de modo que a própria instituição necessita lidar com o oferecimento de possibilidade para que isso seja algo real e contínuo dentro da instituição.

Para Freire (1999), a autonomia necessária às instituições de ensino nos processos que competem a elaboração do PPP, requer por parte de todos os envolvidos neste, um princípio de criatividade e colaboração, ao ponto que torna-se relevante o conhecimento das histórias de vida, primeiramente, de todos os envolvidos nesse momento, para se consolidar diferentes caminhos que poderão ser trilhados pela instituição. O diálogo entre os sujeitos envolvidos nesse processo, mostra-se algo imprescindível dentro da elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico, na medida em que possibilita o alcance das principais dificuldades e possibilidades de intervenção desses sujeitos, mediante as ações que são desenvolvimento nas instituições de ensino.

Nessa perspectiva, se considerarmos as discussões propostas até aqui a partir da criação e implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, compreende-se a necessidade de se considerar tanto o trabalho coletivo quanto o individual nesse processo, de modo que ambos se inter-relacionam nos momentos cruciais que competem a elaboração do PPP. Um trabalho que requer o envolvimento de diferentes atores do âmbito educativo, ao ponto que se almejem objetivos comuns para uma implementação de qualidade do projeto em meio ao dia-a-dia da instituição de ensino.

1.2 Conceituando Projeto Político Pedagógico

Sabe-se que projetar, propor e implementar inovações requer disponibilidade, anseio por mudança e isto envolve compromisso e conscientização. Quando algumas escolas, com suas coordenações pedagógicas sugerem a reformulação do Projeto Político Pedagógico, isso implica em dedicação, não envolvendo apenas o desejo de atualizá-lo de acordo com as novas teorias e exigências educacionais, porque

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição. (VASCONCELLOS, 1995, p. 143)

Com um olhar teórico-crítico, levando em conta as observações no campo de pesquisa, bem como em outros contextos do cotidiano educacional, verifica-se que na prática, ainda será preciso um grande avanço, que deve partir da apropriação do que é mesmo o PPP, de que e de como ele é elaborado, porque para a maioria dos profissionais, de colaboradores de uma instituição escolar, há um número limitado que dominam o tema PPP.

Observa-se nas publicações acadêmicas, relatos a respeito desse projeto que é ou deve ser a base de toda a escola e que não é atribuída a devida atenção, nem na sua elaboração, que deveria ser criteriosa, nem em sua aplicabilidade ao longo

do ano letivo. Verifica-se algumas características que um projeto deve apresentar, tais como:

Ser processo participativo de decisões; preocupar-se instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão; nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem... (VEIGA, 2015, p. 4)

A reformulação do PPP exige também uma constante atividade porque esse é um documento que foi criado para estar nas ações cotidianas no meio escolar, em movimento, na dinâmica do dia a dia. Ele terá que “ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; ser construído continuamente, pois como produto, é também processo” (VEIGA, 2003, p. 4).

O termo *projeto* está sendo usado de modo mais frequente nas instituições educacionais em função da sua relevância para a qualidade do ensino, e são vários os tipos, que surgem para atender critérios de diferentes propostas ou programas, por isto, cada um tem as suas peculiaridades, como é o caso do PPP, vejamos:

O projeto político pedagógico da escola faz parte do seu planejamento. Planejar é um processo político-pedagógico que implica diagnosticar uma situação e tomar decisões em função de determinado fim. O planejamento na escola é um processo permanente que implica ainda a avaliação constante de seu desenvolvimento. Planeja-se para alcançar objetivos que ainda não foram alcançados ou para garantir que eles continuem sendo alcançados. Na escola, para que ele seja eficaz ele precisa ser coletivo. Ele é coletivo quando inclui a participação de todos os envolvidos dentro de suas funções e atribuições. (GADOTTI, 2015, p. 1)

Percebe-se que, para a construção do Projeto Político Pedagógico se faz importante que “todos” os membros da comunidade escolar participem, visando uma

melhor forma de organização do trabalho pedagógico a fim de estabelecer metas, minimizar conflitos e oferecer melhores condições para que o processo de ensino-aprendizagem possa ocorrer de modo adequado, no intuito de garantir a aprendizagem dos educandos. Nesse sentido, a escola precisa preparar seu PPP e a partir desse importantíssimo passo –, que não é uma tarefa simples, já que o gestor deverá mediar as atividades para tal realização, envolvendo todos os membros componentes da escola – intervir de modo a suprir as principais dificuldades e necessidades da instituição e dos sujeitos que dela fazem parte.

Desse modo, com a construção coletiva desse documento norteador da vida escolar, os demais projetos, ideias e representações de todos podem direcionar o trabalho educacional, visando a socialização de conhecimentos científicos e diversificados, o fomento de competências e habilidades e a construção de saberes e/ou de outros tipos de conhecimentos, no que diz respeito também, às vivências e realidades sociais trazidas por discentes.

[...] o Projeto Político Pedagógico não pode ser imposto, mas construído coletivamente, por se tratar de um documento que expressa a identidade de uma comunidade (escolar) e não de um grupo ou equipe técnica, sendo uma necessidade, e não apenas uma obrigação (LONGHI; BENTO, 2006, p. 174).

A construção do PPP deve ocorrer em coletividade, visto que este é um documento que visa o bom andamento do processo educacional como um todo, revendo sempre as dificuldades enfrentadas pela escola, pensando sempre no seu melhoramento, portanto, a participação da comunidade escolar se faz relevante e obrigatória para que esse documento venha a trazer contribuições para um efetivo funcionamento e desempenho da escola.

A participação da equipe administrativa, financeira e da comunidade é fundamental para que a elaboração do PPP seja concretizada e possa trazer melhoramentos à comunidade escolar. E, por conseguinte, às respostas que a escola precisa oferecer para a parte que lhe compete no processo de melhoramento da qualidade de vida no espaço em que está inserida e para além dele. Onde quer que seus egressos fixem-se.

Nesse aspecto, são vários os discursos que pontuam a necessidade de mudanças no espaço escolar, entretanto, observa-se que ainda são tímidas as

ações postas em prática, reforçando a distância entre a teoria e a prática, ou seja, a realidade almejada para a educação, tanto neste município como em outras realidades do país. Outro fator necessário a estar presente nas discussões referentes às práticas educativas, é a necessidade de se educar o próprio educador para manter uma relação próxima e participativa com o processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico nas escolas.

As dificuldades em se colocar as propostas em prática estão presentes em grande parte das escolas, assim, se torna mais difícil a realização de determinadas atividades, as previstas do cotidiano escolar, bem como as metas estabelecidas, não permitindo que haja o desenvolvimento devido. Essas dificuldades são diversas, e vão contribuindo para a realização do trabalho por razões elementares, como a falta de comunicação entre aqueles que atuam no ambiente escolar e à falta de empenho nas ações práticas mais comuns – que deveriam ocorrer até mesmo a partir da prática docente e deixam de acontecer por falta de interação entre os membros da equipe escolar.

A implementação de um Projeto Político Pedagógico deve existir no sentido de planejar e organizar as propostas para um ano letivo. O que entende-se por PPP está relacionado à concepção do teórico quando nos apresenta que o “PPP entra justamente neste campo como um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, (re)construído e utilizado por aqueles que desejam efetivamente fazer a mudança”. (VASCONCELOS, 2013, p. 16)

Esse Projeto pode ser entendido na perspectiva de um vínculo à prática docente, ou seja, a prática do professor deve estar de acordo com o que existe no projeto, pois, se subentende que o professor é um dos membros que deu sua parcela de contribuição na sua elaboração e não deve fugir daquilo que se propôs a realizar no decurso do ano letivo.

O intuito, nessa realidade, é que toda a prática seja consolidada através de ações embasadas na parceria dos sujeitos no interior da escola, bem como desta com a família e a comunidade como um todo, visando realizar princípios e missão adotados pela escola, dentro de uma atuação de prudência, porque “o PPP é a própria organização do trabalho pedagógico da escola” (VEIGA, 2004, p. 22).

Os mediadores envolvidos com esse projeto não podem deixar de planejar ações que priorizem a aprendizagem do aluno, através de um trabalho vinculado a uma postura de quebra de antigos paradigmas da escola mecânica, pensando e

pondo em prática ideias inovadoras, que estejam voltadas a uma perspectiva de prática mais humana. Para tanto, nessa construção deve-se partir de princípios de igualdade, éticos, na qualidade, na interação, no olhar sensível do educador. Pois,

É praticamente impossível mudar a prática da sala de aula sem vinculá-la a uma proposta conjunta da escola, a uma leitura da realidade, à filosofia educacional, às concepções de pessoa, sociedade, currículo, planejamento, disciplina, a um leque de intervenções e interações (VASCONCELOS, 1995, p. 16).

Sendo assim, diante do grande número de profissionais da educação que não detém de um relacionamento próximo com os processos de elaboração e implementação do PPP na escola pública, se faz necessário que educadores, de um modo geral, conheçam as peculiaridades que envolvem o Projeto Político Pedagógico, para que no momento da construção deste instrumento indispensável, se percebam como sujeitos dessa construção.

Na compreensão de Veiga (2004), o PPP tem se tornado o alvo de estudos de professores, pesquisadores e instituições educacionais que ultrapassam as barreiras do município, buscando melhorar a qualidade do ensino. Sabe-se que a escola é um lugar onde se concebe, se realiza e se avalia um projeto educativo, que por sua vez, precisa ter organizado o seu trabalho pedagógico, a partir da realidade de seus alunos e para eles. Tendo em vista que, grande parte da sociedade acredita na educação como mudança da realidade, no sentido de diminuir a desigualdade que existe no próprio contexto social.

Desse modo, é essencial que a escola assuma seu lugar sem esperar que as esferas administrativas tomem atitudes que somente caibam a ela, isso é uma possibilidade desde que tenham as condições indispensáveis para o melhoramento da escola, portanto, para que exista uma relação plausível entre a escola e o sistema de ensino é fundamental a compreensão de que o PPP é, como a própria designação diz, uma Projeto Político. E, por si,

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser

tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI 1994, p. 579).

Partindo dessa concepção se vê que o PPP transpõe a ideia de um simples ajustamento de planos de ensino ou de várias atividades, apenas. Ele não é algo construído para ser enviado e encaminhado as autoridades como uma simples prova de que a escola tem seu PPP, ou apenas para assegurar que ela está documentada, ou ainda para cumprir com a norma, com o fim burocrático. Ele deve existir como um sistema em que todos deem a sua parcela de contribuição e efetivação em função de um adequado desempenho da instituição escolar.

1.3 Relevância e aspecto político do Projeto Político Pedagógico na Escola Pública

Observa-se que a escola, cada vez mais, passa a ser vista como um espaço importante de consolidação de práticas educativas voltadas à preparação do sujeito para que ele venha lutar em prol de sua cidadania. Com esta compreensão, percebe-se que cada escola é uma “organização social, inserida em um contexto local, com uma identidade e culturas próprias, um espaço de autonomia a construir e descobrir, susceptível de se materializar em um projecto educativo” (CANÁRIO, 1999, p. 1-3). Por volta de 1970, os espaços educacionais passam a ser submetidos a uma crítica sociológica, identificados como aparelhos que fomentavam a ideologia do Estado¹ como reprodutores de desigualdade social. O que resulta em algumas representações — que perduram — acerca de que o diploma, não mais representa, no todo, uma ascensão social, de que somente a partir dele o indivíduo ascenderia socialmente.

Como a função da escola pública já não estava tão evidente como em tempos passados, se fazia necessário repensar e redefinir a própria concepção de escola e quais eram as pessoas que ela estaria pronta a formar. Com o avanço na conquista

¹ Em relação a questão abordada, temos estudos como o de Bourdieu, em que o teórico aborda a temática em obras como: BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975 e BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura? In: NOGUEIRA, M.; CATANI, A. (orgs) Escritos de Educação, Petrópolis, Vozes, 1998.

dos direitos, os anseios por participar da mesma maneira, refletem a conjuntura em que se insere a escola.

Nessa realidade, o PPP vai se constituindo como a possibilidade de novas formas de resolução de problemas, ou mesmo uma nova forma de atuação dos profissionais, no alcance de mais metas para os educadores e às instituições públicas de ensino. Na medida em que

as novas formas têm que ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força - às vezes favoráveis, às vezes desfavoráveis. Terão que nascer no próprio chão da escola, com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola (FREITAS, 1991, p. 23).

Para que a construção do Projeto Político Pedagógico seja viável, todos os membros que constituem a escola devem estar conscientes da importância do PPP, como documento formulado a partir das necessidades da própria escola pública e do ponto de vista de cada um desses membros, de toda a equipe que forma o corpo escolar.

Essa equipe precisa tomar conhecimento desse importante documento, a partir dessa tomada de consciência, todos podem interagir no intuito de que as ações previstas sejam colocadas em prática, com vistas nas responsabilidades de cada um com o desenvolvimento coerente da própria função, mobilizando-se em benefício do processo educativo, se voltado ao interesse pelos resultados advindos do trabalho coletivo, lembrando-se que o PPP não é questão de escolha, é um dever, é uma atribuição de cada profissional.

Vasconcelos (2013, p. 17) defende que o PPP é o “plano global da instituição. Pode ser entendido como sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa, se objetiva na caminhada, define claramente o tipo de ação educativa a ser realizada”. Esse projeto parte de uma leitura que os membros da escola devem fazer, da realidade onde esta instituição está inserida, é com ele que a escola encontra um direcionamento.

Por ser um documento preparado coletivamente, a partir de ações que surgiram da intenção de um grupo para resolver problemáticas e necessidades da comunidade escolar, o PPP ganha força. Assim, esse projeto se firma como essencial, porque existe a participação de todos os membros, com suas

representações sociais, suas críticas, revendo os erros cometidos anteriormente, buscando o acerto nas tomadas de decisões, respeitando as opiniões dos sujeitos envolvidos.

Observa-se que todo PPP é um projeto político, porque

está intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 2004, p. 13)

É por aspectos como esses que o político e o pedagógico são inseparáveis, de tal forma que o PPP deve ser apreciado como um processo contínuo de discussão e reflexão das comuns dificuldades vivenciadas pela escola pública, além de permitir a busca de estratégias e alternativas para colocar em prática a sua real intenção.

É por questões como essas que, cada vez mais, as academias devem trazer à tona as concepções sobre PPP. Elas precisam promover estudos relativos às teorias desenvolvidas a respeito deste, levando os futuros educadores a apropriarem-se de tais conhecimentos porque a futura atuação requer esse domínio, que conseqüentemente facilitará o trabalho, no sentido da construção desse recurso facilitador da condução da vida escolar.

Desse modo, o PPP será visto como um organizador do trabalho da escola pública de um modo geral, evitando no meio pedagógico um entendimento equivocado, pois, muitos nesse espaço, ainda têm em mente que ele é um documento meramente burocrático, porém, contrariando este entendimento, existem alguns pontos legais que dão sustentabilidade a esse projeto ainda desconhecido de muitos dos que fazem a educação em nosso país, determinados professores desconhecem que

a construção do Projeto Político Pedagógico – PPP, pelas Instituições Educacionais é uma necessidade sem precedência, disposto na Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394/96,

especificamente nos artigos 12, 13, e 14 [...] Pensar no processo de construção de um projeto político-pedagógico requer uma reflexão inicial sobre seu significado e importância. Vamos verificar como a LDB ressalta a importância desse instrumento: No art. 12, Inciso I, que vem sendo chamado o “Artigo da escola” a Lei dá aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica (SENS, 2015, p. 1).

Esse respaldo que o projeto ganha de modo legal reforça ainda mais a sua relevância, então, quando a escola solicita o auxílio daqueles que compõem o seu quadro de profissionais, enquanto instituição escolar, ela não está se detendo apenas a elaboração de um documento, mas na preparação de um documento que vai trazer subsídios para o enfrentamento dos seus desafios diários.

Um avanço a ser celebrado é a conquista da autonomia, por parte da instituição escolar, quando ela ganha a liberdade de prepara o seu projeto, com liberdade para desenvolvê-lo dentro das reais condições locais. Assim, essa conquista se apresenta como uma aquisição de todos os que fazem parte da educação. E não é por acaso que o profissional da educação, que atua na escola é elemento indispensável na composição do projeto, como podemos perceber

[...] no art. 13, chamado o Artigo dos professores, aparecem como incumbências desse segmento, entre outras, as de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. No art. 14, em que são definidos os princípios da gestão democrática, o primeiro deles é a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (SENS, 2015, p. 1).

Atualmente, as discussões acerca do PPP evidenciam que o mesmo é um documento que se constitui elemento de fundamental relevância para que as atividades escolares obtenham êxito. Quando bem organizado pelos envolvidos diretamente com a instituição escolar, poderá melhorar a atuação de todos. Por meio dele são manifestadas as reais condições da escola, as que se tem e as que se anseia ter.

Veiga (2003) ao discutir o sentido de inovação no projeto político pedagógico, aponta para duas perspectivas, a saber: uma ação regulatória ou técnica e uma ação emancipatória ou edificante. Acerca disso verifica-se que

a inovação regulatória significa assumir o projeto político pedagógico como um conjunto de atividades que vão gerar um produto: um documento pronto e acabado. Nesse caso se deixa de lado o processo de produção coletiva. A inovação de cunho regulatório nega a diversidade de interesses e de atores que estão presentes. Sob a perspectiva emancipatória, a inovação e o projeto político-pedagógico estão articulados, integrando o processo com o produto porque o resultado final é não só um processo consolidado de inovação metodológica, na esteira de um projeto construído, executado e avaliado coletivamente, mas um produto inovador que provocará também rupturas epistemológicas. (VEIGA, 2003, p. 267)

Verifica-se que a idéia da referida autora, ao falar em inovação e projeto político pedagógico só tem sentido se voltar a atenção para o fato de que o sistema educacional apresenta um anseio importante: “o de melhorar a qualidade da educação pública para que todos aprendam mais e melhor” (VEIGA, 2003, p. 268).

E essa perspectiva se torna mais evidente quando se pensa que a educação tem finalidades fundamentais: formar pessoas, contribuindo para uma formação cidadã e preparando as mesmas para o trabalho e a autonomia. Para desenvolver educandos, deixá-los aptos para exercer a sua cidadania, de modo que esteja preparado também para ocupar uma vaga no mercado de trabalho.

Isso requer que esses sujeitos tenham domínio de conhecimentos vastos. Quando se analisa as concepções abordadas por Veiga (2003) de inovação regulatória e a da perspectiva emancipatória, longe de estabelecer um juízo de valor, mas querendo refletir a respeito das especificidades de cada uma, observa-se a presença de duas propostas que se diferenciam pela abordagem concedida (e/ou concebida) junto ao coletivo.

Entende-se que a introdução da ideia de inovação na perspectiva regulatória encontra respaldo na Lei de Diretrizes de Base, Lei nº 9.394/96, que “tem-nos dado alguns exemplos de incitações teóricas a uma participação formal, legitimadora de um controle burocrático, cada vez maior, sobre as instituições educativas, os professores, os servidores técnico-administrativos e alunos” (VEIGA, 2003, p. 269). E dessa maneira, as políticas públicas estariam promovendo situações um pouco desconfortáveis.

Na perspectiva de inovação emancipatória ou edificante há sempre “lugar numa situação concreta em que, quem aplica está existencial e socialmente comprometido com o impacto da aplicação [...] e os fins só se concretizam na

medida em que discutem os meios adequados à situação concreta” (SANTOS, 1989, p. 274). Dessa forma, a inovação emancipatória ou edificante propõe a construção de um projeto político pedagógico que vá além da reprodução de teorias educacionais, mas que se efetive na própria prática.

Como sabe-se, a realidade influencia a vida escolar, assim como também influencia a realidade interna específica, com sua organização e funcionamento. Nesse sentido, o projeto político pedagógico deve levar em consideração os aspectos sociais que estão diretamente relacionados à escola.

Segundo Betini (2005),

ao se construir o projeto político pedagógico, é fundamental que se tenha em mente a realidade que circunda a escola; realidade que se expressa no contexto macro da sociedade: econômico, político e social; e aquela que se verifica ao entorno da escola (BETINI, 2005, p. 39).

Observa-se que a escola pública não deve deixar de lado o que ocorre em seu entorno, visto que o aluno é parte desse contexto em que ela está inserida. Assim como o professor não deve ignorar os saberes que o aluno traz consigo e pode contribuir de algum modo na sala de aula, ao mesmo tempo em que se percebe reconhecido como membro participante desse grupo, a escola terá que levar em conta os aspectos culturais, sociopolíticos e econômicos da comunidade além das paredes da escola.

Percebe-se que o PPP atua como uma indispensável ferramenta para transformar a realidade; para além da teoria e da prática, ele existe no intuito da análise dos resultados e está sujeito às implicações daquilo que foi projetado e do que foi concretizado. A partir disso, se visualiza que a escola é uma instituição que provê a educação sistematizada, em especial, a escola pública que está voltada ao atendimento de todos, mas, comumente atende à absoluta maioria de pessoas que constitui a classe trabalhadora.

Quando se refere à classe trabalhadora, se toma emprestado o termo de Marx, quando ele afirma que o trabalho é “uma atividade adequada a um fim” (PARO, 2006, p. 29). Sobre o trabalho pedagógico, o que interessa ir adiante nesta discussão, é que se faz necessário acrescentar, que não se trata de um trabalho

material, e seu produto não é algo que leve a um objeto palpável, mas se refere a um serviço.

Sobre o trabalho pedagógico escolar, o teórico ainda nos diz que embora

não pudesse ser subsumido senão formalmente na sociedade capitalista, em virtude da natureza mesma desse trabalho... há dois tipos de trabalho não-material. Um que, apesar de ser uma essência não-material, acaba assumindo alguma corporeidade para entrar no mercado capitalista, como acontece, por exemplo, com a produção de livros. Neste tipo de trabalho, processa-se a separação entre a produção e o consumo. Mas há outro tipo de trabalho não-material cuja produção e o consumo se dão simultaneamente. É caso, por exemplo, do trabalho do ator no teatro, do palhaço no circo e do professor na sala de aula (PARO, 2006, p. 31).

Na sociedade capitalista a aula, é de fato, considerada o resultado do processo de educação escolar. É aula que atua como uma mercadoria, como um serviço prestado pela escola e que se avalia como boa ou ruim, entretanto, pode-se analisar que a aula não é somente uma atividade que dá origem ao produto do ensino, ou seja, ela não é apenas o produto do trabalho, mas sim, o próprio trabalho pedagógico.

O planejamento escolar é uma tarefa essencial para a organização do trabalho pedagógico. Por vezes, o planejamento é tido como um processo realizado para compensar meios e fins de melhorar o desempenho da escola. Dessa forma, “O planejamento não ocorre em um momento do ano, mas a cada dia. A realidade educacional é dinâmica. Os problemas, as reivindicações não têm hora, nem lugar para se manifestarem. Assim, decide a cada dia, a cada hora”, conforme Sobrinho (1994, p. 3).

O planejamento escolar deve ser fundamentado na participação dos devidos membros educadores porque

mais do que uma atividade técnica é um processo político que deve incluir o maior número possível de membros da comunidade escolar. A decisão sobre o futuro da escola deve ser tomada pela maioria. O planejamento se constitui num processo de formação social, política e pedagógica. Os problemas da escola são problemas comuns e as soluções devem ser no coletivo, através do diagnóstico preciso, de objetivos a serem alcançados, da discussão, da tomada de decisão, da execução e da avaliação coletivas. O processo é tão ou mais

importante do que o plano de ação e as propostas que resultam desse processo (GADOTTI, 2015, p. 1).

Verifica-se que, a compreensão da ideia de planejamento é pertinente para que ele não seja reduzida a um artifício para facilitar o trabalho em sala de aula, ou uma atividade meramente burocrática que atenda ao preenchimento de formulários, para serem entregues na secretaria, como cumprimento de uma exigência. O ato de planejar carece ser concebido e colocado em prática no cotidiano escolar a partir de reflexões, ambicionando um melhor desenvolvimento das práticas escolares de uma maneira geral.

Na perspectiva de Vasconcelos (2013, p. 16) “no novo ideário pedagógico é corrente o discurso de que os conteúdos devem ajudar a construir a cidadania”. Significa rever na sala de aula, as particularidades dos educandos, o modo de vida da sociedade, aquela que está além dos muros da escola, de maneira a mudar o que precisa ser mudado, para ajudar na construção de um novo amanhã, um futuro mais justo.

E assim, percebe-se a clara necessidade e a importância do PPP como um documento orientador de posturas, das metodologias e teorias realizadas na instituição escolar, pois, partimos do pressuposto de que as pessoas têm intencionalidades ao executar uma ação, e se tornam a identidade das instituições de ensino.

Portanto, a escola pública deve cumprir sua função de relevância para a sociedade, que deve valorizar os seus membros para que estes possam motivar seus alunos ao crescimento, aos estudos, à pesquisa. Nesse sentido, no caso do professor, ele irá traçar objetivos, organizar conteúdos, adotar metodologias, recursos didáticos e avaliação para atender às demandas sociais, sem fugir do contexto onde a escola está inserida e priorizando a realidade do aluno.

Isto posto, para o Capítulo que se segue, abordar-se-á questões relacionadas aos procedimentos metodológicos que nortearam a escrita desse trabalho, sendo delineadas de forma clara e concisa, todas as informações referentes ao tipo de pesquisa; instrumentos utilizados para coletar as informações necessárias; panorama de caracterização acerca do *locus* da pesquisa e dos sujeitos envolvidos nesta, bem como o tipo de abordagem utilizada para analisar os dados coletados.

CAPÍTULO II – CAMINHOS METODOLÓGICOS TRILHADOS PARA A EFETIVAÇÃO DA PESQUISA

No segundo capítulo desse trabalho monográfico, apresenta-se a estrutura metodológica utilizada para investigar os principais desafios e possibilidades no processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico em escolas públicas. Será exposto como se deu o processo de coleta dos dados necessários à efetivação da pesquisa, como também, um levantamento inicial das informações resultantes desta.

Após estudos, reflexões e análises voltadas para a discussão dos principais entraves que perpassam a estrutura teórico-prática do Projeto Político Pedagógico em escolas públicas, para tanto foi retomado o problema de pesquisa que está assim organizado: Por quais desafios e possibilidades ocorre a elaboração e a implementação do Projeto Político Pedagógico em Escolas Públicas? Em função de promover um melhor entendimento do que era procurado como objeto de investigação na referente pesquisa. Nessa perspectiva foi elaborado o objetivo geral de analisar como ocorrem a elaboração e a implementação do PPP, em escolas públicas da cidade de Cajazeiras – PB, frente aos desafios e possibilidades inerentes a tais processos.

Sabe-se que os procedimentos de pesquisa em nível escolar são construtos relevantes para um melhor conhecimento da realidade de determinada investigação, entretanto, introduzir uma pesquisa em qualquer tipo de instituição a princípio pode surgir muitas inseguranças, dificuldades e desconfianças por parte dos sujeitos investigados.

A pesquisa é constituída para Lakatos (2003) de um procedimento formal como método do pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui para conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais. O que pode causar nos sujeitos de pesquisa, por vezes, certa insegurança, pois estes podem ver esse tipo de estudo como um julgamento do seu trabalho, o que leva muitas vezes a tais sujeitos se negarem de participar das pesquisas por motivos que para quem pesquisa podem ser irrelevantes, mas não para os participantes da pesquisa, uma vez que eles podem ver esse tipo de trabalho como um julgamento, ou uma avaliação do que eles estão realizando. Porém, neste trabalho buscou-se realizar de forma delicada e dialógica – para se abordar com os sujeitos, em campo de

pesquisa – as questões relativas aos principais entraves e possibilidades no processo de elaboração e implementação do projeto político pedagógico em escolas públicas.

2.1 Informações sobre a coleta

2.1.1 Tipo de pesquisa

O estudo teve como modalidade de pesquisa a abordagem qualitativa, pela qual segundo Oliveira (2008), há uma relação significativa, recíproca e interdependente entre sujeito e objeto, de modo que espera do (a) pesquisador (a) uma posição de reflexão e de análise diante da realidade do que se deseja pesquisar, utilizando-se de técnicas que o farão ter uma visão mais detalhada e clara do seu objeto.

A utilização da abordagem qualitativa deve-se ao fato desta, diferente da quantitativa não se traduzir preponderantemente por meio de números, mas sim possibilitar a descrição da complexidade que envolve os problemas de pesquisa, através das particularidades subjetivas que compõem esse tipo de abordagem, na qual se faz viável a compreensão das mudanças, dos processos dinâmicos de diferentes grupos, como forma de facilitar o entendimento das diversas peculiaridades dos sujeitos. Desse modo,

são muitas as interpretações que se tem dado a expressão pesquisa qualitativa e atualmente se dá preferência à expressão abordagem qualitativa. Entre os mais diversos significados, conceituamos abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação (OLIVEIRA, 2008, p. 37).

Sabendo disso, a opção por esse tipo de pesquisa aconteceu por se acreditar que ela possibilita um encontro significativo com os resultados almejados a se alcançar ao final do trabalho, na medida em que requer o detalhamento da compreensão do pesquisador sobre o seu objeto de estudo. Para a referente

pesquisa, inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico, uma pesquisa exploratória descritiva em torno dos diferentes estudos que recaem sobre o objeto, seguido da definição das técnicas de pesquisa, como, também, da análise dos dados coletados.

2.1.2 Instrumentos utilizados

Os dados da pesquisa foram coletados através da aplicação de uma entrevista semiestruturada, contendo treze questões-tema², na qual a pesquisadora teve total abertura para interagir com o sujeito da pesquisa, de modo a tornar a coleta de dados mais significativa e relevante para os objetivos almejados a se alcançar. Muito além do que é dito pelos sujeitos entrevistados, são as suas expressões mediante o momento da entrevista, sendo necessário, por parte de quem pesquisa, uma postura que vise muito mais do que um simples ver e escutar. Haja vista que, ao considerar-se

o caráter de interação social da entrevista, passamos a vê-la submetida às condições comuns de toda interação face a face, na qual a natureza das relações entre entrevistador/entrevistado influencia tanto o seu curso como o tipo de informação que aparece (SZYMANSKI; ALMEIDA, 2010, p. 11).

Desse modo, no contato inicial com os entrevistados, buscou-se possibilitar que os participantes se sentissem à vontade e seguros quanto às contribuições que iriam trazer para a pesquisa, em seguida foram apresentados e deixados claro os aspectos principais da pesquisa, para que a todo o momento, na pesquisa, houvesse referência da questão e do objetivo que balizavam a investigação em movimento. Pois, é importante considerar que

nesse primeiro momento o entrevistador se apresentará ao entrevistado, fornecendo-lhe dados sobre sua própria pessoa, sua instituição de origem e qual o tema de sua pesquisa. Deverá ser solicitada sua permissão para a gravação da entrevista e assegurado seu direito não só ao anonimato, acesso às gravações e análises,

² Ver apêndice B ao final do trabalho.

como ainda ser aberta a possibilidade de ele também fazer as perguntas que desejar (SZYMANSKI; ALMEIDA, 2010, p.19).

Ao longo da realização da entrevista, foi dada aos participantes, total abertura de intervenção para possíveis indagações³, bem como foi lido o termo de consentimento livre e esclarecido, previamente, tendo em vista o protocolo devido para a formalização e a ambientação dos sujeitos — para aquele momento — no curso desses estudos. Após as entrevistas envidadas foi assinado por cada um dos entrevistados o termo de consentimento livre e esclarecido, em que os participantes tiveram asseguradas a confidencialidade de suas identidades. Após todas as entrevistas serem gravadas, os dados foram transcritos para serem devidamente analisados.

2.1.3 Sujeitos da pesquisa

Outro aspecto importante a ser destacado em uma pesquisa é a caracterização do campo e dos sujeitos envolvidos para a efetivação do trabalho, de modo que participaram dessa investigação, conforme já mencionado, três professores, três gestores e três coordenadores de três escolas públicas estaduais da cidade de Cajazeiras, no sertão da Paraíba.

As instituições *locus* da nossa pesquisa, são chamadas aqui de (Escola 1; Escola 2 e Escola 3), para preservar o sigilo garantido à instituição no ato do primeiro contato em campo, bem como aos participantes nos momentos que se procederam parte da coleta dos dados.

Os critérios para escolha das colaboradoras/sujeitos da pesquisa aconteceu de forma a se fazer presente na pesquisa um (a) gestor (a), um coordenador (a) e um (a) professor (a) escolhido de forma aleatória pelo (a) gestor (a) da instituição pesquisada. Pois, acredita-se que a partir desses três profissionais possibilitam um trabalho condizente com o que é almejado na pesquisa, de modo a entrar em contato com diferentes entendimentos teórico-metodológicos que perpassam pelos processos de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico na escola pública.

³ Ver termo de consentimento nos apêndices do trabalho.

Os participantes da pesquisa, também tiveram suas identidades confidenciais⁴, como forma de garantir o que ficou acordado no momento da coleta dos dados necessários a efetivação do nosso trabalho. Vemos a seguir a distribuição feita em gráficos e tabelas, acerca do tempo de serviço e formação inicial dos profissionais entrevistados.

Tabela 01: Idade e Tempo de serviço em anos de trabalho dos profissionais das escolas pesquisadas

ESCOLA	NOME/FUNÇÃO	IDADE	TEMPO DE SERVIÇO EM ANOS
1	RITA/GESTORA	55	28
1	ANA/COORDENADORA	38	5
1	JAILSON/PROFESSOR DO FUND II	26	4
2	FELICIDADE/GESTORA	52	25
2	XUXA/COORDENADORA	35	10
2	PAULA/PROFESSORA DO FUND I	48	22
3	ALICE/GESTORA	44	10
3	MARIA/COORDENADORA	45	16
3	LUCIA/PROFESSORA DO FUND I	25	3

Fonte: Material de pesquisa elaborado pela autora – 2015.

Na maioria dos casos, os dirigentes e demais profissionais da equipe pedagógica e administrativa – conforme anos em atividades – já contam com experiência frente às questões relativas ao universo da gestão. Os gestores participantes da pesquisa detêm significativa experiência para com o trabalho desenvolvido na instituição, devido ao tempo de trabalho exercido até então. Desse modo, os pseudônimos apresentados acima, foram escolhidos pelos próprios participantes da pesquisa, ao ponto que vemos uma maior presença de profissionais

⁴ Conforme o termo de livre consentimento apresentado aos participantes.

do sexo feminino na pesquisa aqui delineada, o que nos mostra a realidade presente nas instituições de ensino – em que se encontra em sua grande maioria, mais profissionais do sexo feminino e poucos de sexo masculino. As instituições foram escolhidas a partir de uma análise inicial acerca das escolas públicas estaduais existentes na cidade de Cajazeiras-PB, pela qual foi possível analisar as possibilidades de trabalho de acordo com as especificidades e o contexto em que as escolas se encontram inseridas.

Tabela 02: Formação Inicial e forma de condução ao cargo dos profissionais das escolas pesquisadas

ESCOLA	NOME/FUNÇÃO	FORMAÇÃO INICIAL	FORMA DE CONDUÇÃO AO CARGO
1	RITA/GESTORA	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	INDICAÇÃO
1	ANA/COORDENADORA	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	CONCURSO PÚBLICO
1	JAILSON/PROFESSOR DO FUND. II	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	INDICAÇÃO
2	FELICIDADE/GESTORA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	INDICAÇÃO
2	XUXA/COORDENADORA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	INDICAÇÃO
2	PAULA/PROFESSORA DO FUND I	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	CONCURSO PÚBLICO
3	ALICE/GESTORA	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	INDICAÇÃO
3	MARIA/COORDENADORA	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	CONCURSO PÚBLICO
3	LUCIA/PROFESSORA DO FUND I	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	INDICAÇÃO

Fonte: Material de pesquisa elaborado pela autora – 2015.

Um grande desafio das instituições públicas de ensino é estar consciente acerca da falta de comprometimento e do enfraquecimento do grupo escolar frente

às potencialidades da gestão democrática e da ausência do processo de eleição. A indicação ainda é tida como preponderante forma de condução ao cargo, o que mostra um reflexo nas questões pertinentes a sociedade, para além da amostra de *locus* e sujeitos aqui apresentados. O enfraquecimento das lutas docentes tem sido algo cada vez mais presente no âmbito social, ao ponto que advém em decorrência da massiva precarização do trabalho docente, o que tende a distanciar os professores de frentes mais contundentes de lutas em prol de eleições e, por conseguinte, do avanço dessa forma de indicação ao cargo como sendo um resultado de um fenômeno maior de proletarização do trabalho docente. Essa despolitização é mais conjuntural no que se refere a praticamente todos os segmentos profissionais, independentemente da natureza do serviço, que podemos nominar como onda da ética do consumo, que nada mais é, do que a desvalorização em todas as esferas sejam elas familiares, sociais ou profissionais.

2.1.4 Panorama do *locus* da pesquisa

O processo de coleta dos dados necessários à efetivação do trabalho se deu durante o período entre os meses de Julho a Setembro do ano de 2015, pelo qual foi feito um levantamento de algumas instituições públicas estaduais de ensino na cidade de Cajazeiras/Paraíba, de modo que se pudesse vir a obter um maior acesso as possíveis instituições aptas a receberem a proposta da nossa pesquisa.

Ao final do processo de refletir acerca das instituições que participariam da concepção da pesquisa, foi realizada a coleta de dados em três instituições estaduais na cidade de Cajazeiras. Instituições essas, que se encontram caracterizadas a seguir, para uma melhor compreensão do contexto em que foi desenvolvida a pesquisa.

A primeira instituição em que foi realizada a pesquisa – que aqui foi chamada de *Escola 1* –, possui quadro de professoras do sexo feminino, com faixa etária de até quarenta anos, com mais de 97% de seu quadro docente de servidores contratados e, no conjunto de educadores, pós-graduados no *Stricto sensu* e no *Lato sensu*. A escola localiza-se na zona urbana de Cajazeiras e possui ainda docentes apenas com o normal médio em expressiva minoria.

A escola 1 possui um número significativo de alunos, perfazendo um total de 100 a 350 discentes inseridos no Ensino Fundamental. Em sua grande parcela, esses alunos se encaixam na categoria da classe baixa renda, fato que instiga ainda mais a escola a ser contributiva para a vida dos alunos, para que a situação econômica não seja vista como um problema na formação e educação destes.

É evidente a participação de todos, pois se propondo a trabalhar em coletividade, a equipe gestora está sempre presente nas reuniões, junto com a coordenadora, sempre levando informes, textos que incentivem os professores, conseguindo um planejamento coletivo e dinâmico. Este acontecendo semanalmente sempre num mesmo dia da semana, as segundas-feiras, atende a proposta da coordenadora, trabalhar em coletividade.

A escola 1 possui seu Projeto Político Pedagógico e o desenvolve, pois os projetos postos no mesmo estão sendo realizados na escola, como também a oportunidade de reformulá-lo sempre que necessite. A escola possui referente a cada ano um fluxograma vindo da 1ª Regional de Ensino contendo todas as habilidades necessárias para pô-lo em prática, por isso se tratando da avaliação, esta se dá de forma contínua, porém, mensalmente nos 1º, 2º e 3º anos o professor avalia através de Parecer, e no final de cada bimestre, a avaliação é feita através do Governo levando-se em conta as habilidades discentes desenvolvidas. Já nos 4º e 5º anos a avaliação se dá por nota, através de provas, trabalhos sendo o professor que avalia o aluno, mas também vindo do Governo a avaliação, porém a que prevalece é a do professor.

No que compete a segunda instituição *locus* da pesquisa – que aqui será chamada de *Escola 2* –, encontra-se a seguinte situação funcional dos professores: há professores contratados e efetivos em proporção de vínculo inexpressiva para o quantitativo. Em relação a escolaridade destes professores, todos têm ensino superior, sendo que: existem funcionários formados em pedagogia, geografia, história e fisioterapia (auxiliar), alguns possuem especialização e outros ainda estão com essa formação em andamento. Os professores e demais profissionais moram na zona urbana, e a faixa etária destes é maior a da Escola 1.

A situação socioeconômica dos alunos é diversificada, como a maioria é de baixa renda, pela manhã estudam a maioria dos alunos. Na escola existem salas arejadas, amplas e com acessibilidade, todas apropriadas para atender aos

educandos, dispondo de uma boa iluminação natural no interior das salas de aula. Na escola existem entre 100 a 350 alunos.

A participação da gestão escolar no planejamento das ações pedagógicas é de forma ativa, os planejamentos estão divididos em Planejamento Anual onde tem a participação de toda a equipe pedagógica da escola e direção; Planejamento Bimestral com a supervisora, coordenadora e professores e Planejamento Semanal junto com o coordenador e professores. A 9ª Gerência Regional é quem se responsabiliza pela formação dos professores, mas, porém este ano, não disponibilizaram nenhuma formação contínua, já que, os professores estavam participando do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

Neste contexto, os professores trabalham com uma partilha de experiências entre eles, neste momento eles discutem as aulas, datas comemorativas e temas de aulas. No entanto, toda a prática educativa é embasada no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, pelo qual cada professor tem uma cópia do documento que é elaborado no início do ano.

A avaliação dos discentes segundo os dirigentes é realizada de forma contínua quanti e qualitativamente, pelo qual do 1º ao 3º anos, os alunos são avaliados por habilidades e retidos por falta, ou seja, se os alunos desenvolverem ao longo do período um bom desempenho eles conseqüentemente terão boas notas, já do 4º ao 9º anos, os conteúdos são estabelecidos pelo programa do governo, as avaliações cumprem uma sequência. O primeiro instrumento avaliativo é elaborado pelos professores, enquanto que o segundo vem pronto de João Pessoa e é definido pelo governo, não tendo direito a recuperação – serve como uma maneira para o governo avaliar se os conteúdos estão sendo abordados em sala de aula, como, também, se os alunos estão conseguindo decodificar os conteúdos. A última é referente a participação e comportamento.

Por último, no que compete à terceira instituição *locus* da nossa pesquisa – que chamaremos de *Escola 3* –, nesta encontra-se um quadro de funcionários dividido da seguinte forma: o corpo docente possui doze Professores de educação infantil, nove Professores de ensino fundamental e três Professores da EJA. Já o corpo Técnico e administrativo, está dividido em um Vigilante noturno, dois Agentes Administrativos, quatro Auxiliares, duas Merendeiras, uma Coordenadora Pedagógica, uma gestora e uma vice.

A escola atende a um público alvo de 100 a 350 discentes, distribuídos nos três turnos, com faixa etária de 6 a 15 anos no ensino fundamental regular e a noite com alunos no ensino fundamental da EJA, com faixa etária acima de 16 anos.

Os alunos pertencentes a esta escola são de situação econômica simples e humilde, de classe baixa pertencente a uma comunidade de periferia, dependem, em grande parte, dos recursos advindos dos benefícios do governo, mas em um quadro geral as famílias atendidas pela determinada instituição são consideradas economicamente de renda baixa.

O PPP da escola encontra-se atualmente em reformulação, sendo revisto para saber se as metas, objetivos e a filosofia proposta estão sendo alcançadas, tendo sido elaborado pela equipe pedagógica juntamente com o corpo gestor e docente e servindo de embasamento para a prática educativa.

A avaliação dos alunos da Escola 3, é realizada a partir de uma nota qualitativa e quantitativa, por meio de um calendário de avaliação, através de trabalhos em grupo, provas e participação dos alunos em sala.

2.1.5 Coleta e análise dos dados

O processo de coleta e análise de dados desse estudo se deu, inicialmente, por meio de pesquisa exploratória relativa aos desafios de se elaborar e implementar o PPP, por intermédio de observação e entrevistas livres junto aos dirigentes escolares por ocasião dos componentes curriculares de Gestão Escolar, Teorias da Gestão e os Estágios Supervisionados em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para a análise dos dados coletados com aplicação da entrevista semiestruturada, foi tomada como base de sustentação a análise dos principais entraves e possibilidades no processo de elaboração do PPP a partir de uma perspectiva de Análise de Conteúdo, que compreende que

à medida que vai lendo os dados, repetem-se ou destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento, formas dos sujeitos pensarem e acontecimentos. O desenvolvimento de um sistema de decodificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões [...] (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 221).

Essa etapa é delicada e de fundamental importância para o pesquisador e seu trabalho, pois requer deste um distanciamento mediante a sua compreensão em relação ao objeto de estudo, para que o que possa preponderar neste momento seja o entendimento dos participantes diante do que se deseja conhecer. Nesse momento, é levada em conta a recorrência de categorias ou termos-chave das expressões orais ou lógicas discursivas de frases e palavras que surgem das falas dos entrevistados para a formação de possíveis categorias de análise.

Nessa perspectiva, o procedimento de analisar os dados de uma investigação parte do princípio de que fazer uma análise de conteúdo é atualmente uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica, em face de essa análise dos conteúdos através dos dados coletados ter realmente uma comprovação do que se vem estudando.

As categorias empíricas emergem da pesquisa de campo, onde para cada questão formulada ou para cada item do roteiro de entrevista estabelecemos as categorias empíricas. Isso significa que somente após a construção do quadro teórico é que devemos construir nossos instrumentos de pesquisa (OLIVEIRA, 2008, p. 97).

Nesta perspectiva, procurou-se realizar um trabalho em que as respostas dos sujeitos investigados pudessem condizer ou não com as formulações teóricas dos autores estudados, as questões anteriormente levantadas e, sobretudo, que respondessem a inquietações traçadas ao longo desse trabalho, tal qual compreender por quais desafios e possibilidades ocorrem a elaboração e a implementação do Projeto Político Pedagógico em Escolas Públicas. Nessa perspectiva, o pesquisador deve passar segurança e liberdade para os participantes das pesquisas, para que assim esses sentimentos de desconfianças, medos, inseguranças e recusa a participar de estudos de análises não sejam neles encontrados.

Dentre os aspectos de maior dificuldade para efetivação do trabalho em meio a coleta dos dados, percebeu-se que encontrar professores, coordenadores e gestores que aceitassem participar de tal pesquisa, deixá-los a vontade sem pressioná-los e passar para eles a confiança que precisavam para responderem determinados questionamentos, foram os pontos mais delicados no processo de efetivação da referente pesquisa. Desse modo, o momento de coleta de dados

forma então, os aspectos de maiores dificuldades encontradas, devido, também, ao tempo disponível dos participantes, dificuldades de elaboração das perguntas, dentre outros aspectos que podem ser encontrados nesse tipo de procedimento, bem como compreende-se que

a coleta de dados é tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior (LAKATOS, 2003, p. 165).

Percebe-se que para a autora, o momento que norteia a coleta de dados é um processo bastante exaustivo e que requer significativo cuidado por parte de quem pesquisa, pois, deve-se deixar claro para os participantes que suas identidades serão preservadas como o que fica acordado no termo de compromisso, procurando atender assim as exigências, o tempo e a disponibilidade dos respondentes, pois sem a contribuição desses sujeitos a construção do trabalho perderia grande valor. O que foi assegurado por ocasião da leitura prévia do termo de consentimento livre e esclarecido com os sujeitos dessa investigação por ocasião do estabelecimento das entrevistas.

Nessa perspectiva, a análise dos dados se deu na relação dialógica que, segundo Freire (1983), pressupõe que os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo, e é justamente através do diálogo que o educador problematizador refaz constantemente seu ato cognoscente⁵. Daí então deu-se a dialogicidade entre as teorias estudadas e os dados empíricos coletados que chegou-se aos maiores detalhes sobre esse trabalho. Pois a partir desses procedimentos teve-se a possibilidade de conseguir as respostas das indagações anteriormente questionadas.

A metodologia é então, inegavelmente, um processo que engloba um conjunto de métodos e técnicas para analisar, conhecer e ensinar a realidade e produzir novos conhecimentos. Neste sentido, a escolha do tema deve, sobretudo, ser relevante para quem pesquisa, mas também deve ser uma temática motivadora de

⁵ De acordo com sua noção de uma educação articulada e condizente com a possibilidade de transformação social da vida, o ato cognoscente, para Paulo Freire, só poderia ser expressão de um processo de auto-percepção do sujeito no mundo em que se encontra. Uma espécie de um aperceber-se como alguém que persegue sentidos de uma vida humana mais plena, como alguém que está em busca da realização de sua vocação de "Ser Mais" (FREIRE, 1983).

interesses pessoais, acadêmicos e profissionais em relação ao âmbito dos estudos que se vem realizando, de modo que venha proporcionar cada vez mais conhecimentos e experiências, conforme Oliveira (2008). Desta forma, para que uma pesquisa — da própria prática ou não — ocorra de forma bem sucedida depender-se-á basicamente da escolha e do tipo de investigação que se pretende realizar.

Nesse contexto, a partir do objeto de pesquisa investigado nesse trabalho que importou-se com os principais entraves e possibilidades no processo de elaboração e implementação do projeto político pedagógico em escola pública, a partir das proceduralizações teórico-metodológicas, apresentou entraves, devido algumas dificuldades por parte de alguns possíveis participantes, em participar desta como algum tipo de receio, por verem como uma espécie de julgamento acerca do seu trabalho.

Ainda sobre os procedimentos de análises de dados, este processo se deu a partir da sistematização dos dados coletados por meio da organização das questões da entrevista. Dessa forma, por meio da adoção por entrevista semiestruturada para a realização desse trabalho, foram analisadas a transcrição das respostas dos sujeitos dessa pesquisa, que contribuiriam determinantemente para a realização desse trabalho, as quais serão identificadas no decorrer do texto a partir de pseudônimos escolhidos pelos próprios participantes.

Nessa perspectiva, todas as entrevistas foram transcritas e posteriormente feito uma categorização dos dados mediante as leituras dessas transcrições – como sugere a análise de conteúdo – e do estabelecimento das categorias de análises a partir da seleção dos termos recorrentes da categorização e nos estudos a posteriori das categorias estabelecidas.

A partir dos procedimentos e percursos metodológicos utilizados e aqui relatados para execução da investigação empreendida, é dado início no capítulo que se segue, à análise dos principais dados que foram coletados ao longo da aplicação das entrevistas com os sujeitos presentes nas instituições caracterizadas em um dos tópicos discutidos anteriormente.

No próximo capítulo são analisadas, então, as falas dos (as) entrevistados (as), a partir de uma reflexão que faz parte das discussões atuais referentes ao presente objeto de pesquisa, tendo em vista a continuidade das respostas nas tessituras dos achados relativos à questão de pesquisa.

CAPÍTULO III - PRINCIPAIS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Em meio à questão de pesquisa de se compreender por quais desafios e possibilidades ocorre a elaboração e a implementação do Projeto Político Pedagógico em Escolas Públicas e com o objetivo geral de analisar como ocorrem a elaboração e a implementação do PPP, em escolas públicas da cidade de Cajazeiras – PB, frente aos desafios e possibilidades inerentes a tais processos, será feito a seguir, através dos dados obtidos com as categorizações advindas das entrevistas, bem como a partir das reflexões suscitadas, uma análise acerca da presença de aspectos que proporcionem respostas para as questões propostas por meio das falas dos participantes.

As respostas dos profissionais em relação à existência do Projeto Político Pedagógico nas instituições foram unânimes – todos disseram que sim⁶ – de modo que isso mostra que a proposta criada a partir da implementação da lei promulgada em 1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBEN) – vem sendo vigorada em termos de construção do projeto. Em relação a presença do Projeto Político Pedagógico nas instituições de ensino, a lei no seu Art. 12º incisos I e VII diz que

Art. 12º. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (BRASIL, 1996).

Vê-se, assim, que no ano de 1996 com a promulgação da LDB, o Projeto Político Pedagógico ganhou maior visibilidade, tendo lugar de destaque em vários dos artigos da lei, de modo que passa a se tornar uma exigência legal a ser cumprida e transformada em realidade por todas as instituições de ensino do país, não garantindo, apenas, o cumprimento da lei, mas, principalmente, a qualidade que

⁶ A esta parte específica de um dos questionamentos que, por sua vez, fora desdobrado com pergunta relativa à qualidade de implementação de tais propostas. Haja vista que, para as respostas acerca da satisfação para com o trabalho apenas 40% dos entrevistados mostraram respostas positivas à respeito.

deve perpassar os processos de elaboração e efetivação do Projeto Político Pedagógico nas escolas do país. Nessa perspectiva, o espaço das escolas públicas é tido como campo de materialização das relações democráticas, pelo qual a instituição encontra-se enquanto laboratório de fomento de valores e competências; a gestão democrática em seus princípios fundamentais; a qualificação da participação e a capacidade de trabalho em grupo em função de melhor ordenamento organizacional na escola.

Em relação à participação dos profissionais no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico no âmbito das instituições, todos disseram que sim, que participaram das etapas que perpassaram a elaboração e reelaboração do projeto da instituição. No que diz respeito à participação dos docentes e da gestão nesse processo, a lei nos seus artigos 13º e 14º ressalta que

Art. 13º. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (BRASIL, 1996).

Compreende-se a partir do exposto, que a lei garante e ressalta a relevância da participação significativa de professores das diferentes áreas, bem como da gestão escolar no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, de modo que enfatiza tanto a participação na elaboração quanto no cumprimento diário dos planos e metas apontados no trabalho coletivo de construção do Projeto Político Pedagógico. A qualidade da construção final do projeto será resultado e reflexo da atuação ativa de uma instituição pautada no trabalho a partir de uma gestão democrática.

Desse modo, fica claro que no que compete à organização do trabalho pedagógico da escola, um dos primeiros passos a se pensar, é a reflexão acerca da construção do PPP, e a compreensão de que esse processo de construção é tarefa fundante da escola, de modo que ultrapassa as relações existentes na instituição, tornando-se, assim, uma proposta “realisticamente situada nas estruturas e funções

específicas da escola, nos recursos e limites que o singularizam, envolvendo ações continuada em prazos distintos” (MARQUES, 1990, p.22).

No que compete a importância das instituições de ensino necessitarem da presença de um Projeto Político Pedagógico para nortear seu trabalho mediante os diferentes sujeitos e vivências que se fazem presentes no cotidiano escolar, os participantes da pesquisa enfatizaram unanimemente essa relevância, apontando questões que justificavam tal importância do documento em meio as práticas educativas e a qualidade do ensino das instituições pesquisadas.

O PPP é um projeto base para uma escola, porque a partir da sua elaboração é possível desenvolver uma política pedagógica que atenda as necessidades dos educandos, visando a sua formação enquanto ser humano, viabilizando a sua autonomia e a criticidade (**COORDENADORA ANA. Escola 1. Entrevista realizada em 10.08.2015**).

O PPP é o maior documento da escola, porque ele que estabelece a filosofia da escola, a metodologia de trabalho, a fundamentação teórica, traça também objetivos e metas a serem alcançados. A gente faz todo um diagnóstico da comunidade em que a gente trabalha, então é um documento de base mesmo na realidade tanto da escola quanto da comunidade (**COORDENADORA MARIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

O Projeto Político Pedagógico da escola é um instrumento necessário e imprescindível para a consolidação dos objetivos previamente pensados para efetivação da proposta filosófica das instituições de ensino. É ele que possibilita a materialização oficial do que é planejado pelos diferentes profissionais presentes na escola (**PROFESSORA LÚCIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

Como se pode analisar, os participantes trazem diferentes questões para justificar, segundo seus posicionamentos, a relevância do Projeto Político Pedagógico para as instituições públicas de ensino. O PPP foi visto aqui, como o possibilitador da gestão e corpo docente entrarem em contato com as particularidades que perpassam o contexto dos diferentes sujeitos atendidos pela instituição, ao ponto que requer um olhar sensível e condizente com o momento vivenciado por cada grupo de sujeitos que forma a instituição.

“Maria” traz a relevância do PPP enquanto local de especificação de diferentes questões pertinentes a consolidação do trabalho escolar, como as metodologias de trabalho adequadas para o atendimento das especificidades do público, bem como do embasamento teórico necessário para suporte das práticas consolidadas nesse meio. Ainda em relação a essa relevância, “Lúcia” ressalta o PPP como reflexo dos objetivos previamente pensados mediante a filosofia da escola, ao ponto que tornar-se, posteriormente, o norteador dos resultados alcançados pelos profissionais no dia-a-dia do âmbito educativo.

Em consonância com o exposto pelas participantes, a autora Ilma Passos Veiga nos diz que

Sob essa ótica, o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos (VEIGA, 2003, p.275).

Nessa perspectiva, a autora (2003) aponta a relevância do PPP enquanto instrumento de integração – a partir de um trabalho coletivo – das principais ações a serem pensadas para efetivação do trabalho pedagógico e administrativo das instituições de ensino, de modo que necessita ser contemplado de forma a se chegar a um bem comum que esteja condizente com as principais necessidades da escola. Um engajamento coletivo que deve refletir e atuar perante a realidade econômica, social, política e cultura da escola e do contexto em que os sujeitos que ela atende estão inseridos.

Essa discussão que a autora traz está em consonância com a ideia de uma perspectiva emancipatória de se conceber a educação e as especificidades que a compõem, ao ponto que esse pensamento diferencia-se claramente de outras propostas em vigência em muitas instituições de ensino. Com isso, o processo de construção do Projeto Político Pedagógico na perspectiva emancipatória, se fundamenta em consonância com os princípios que devem nortear o trabalho das instituições públicas e democráticas.

Em relação aos processos de elaboração e implementação inicial que perpassou a construção do Projeto Político Pedagógico, os participantes da pesquisa trazem relatos que constituem as especificidades da instituição em que estas estão inseridas.

Foi um encaminhamento da secretaria de educação. Uma exigência, melhor dizendo. Uma exigência de que toda escola tinha que ter o Projeto Político Pedagógico, e então pra gente era uma coisa nova, em que ouvíamos falar, mas não tinha chegado ainda como exigência. Então hoje a gente não ver mais como uma exigência, a gente ver como uma necessidade (**GESTORA FELICIDADE. Escola 2. Entrevista realizada em 14.08.2015**).

Desde quando a diretora da escola apresenta o calendário escolar, nós temos os primeiros dias de planejamento, do planejamento administrativo e planejamento pedagógico. No planejamento administrativo, ela já fala do projeto e no pedagógico, juntamente com as outras colegas de trabalho a gente elabora o PPP. Temos a participação da coordenadora, das professoras, da diretora e da vice-diretora (**PROFESSORA PAULA. Escola 2. Entrevista realizada em 14.08.2015**).

A elaboração do nosso PPP aconteceu com a contribuição de grande parte dos profissionais presentes na instituição. Profissionais desde a limpeza até a coordenação geral da escola e comunidade familiar dos alunos, de modo a obtermos uma visão panorâmica acerca das principais especificidades que perpassam o âmbito escolar (**PROFESSORA LÚCIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

A gestora “Felicidade” aponta que inicialmente compreendia a implementação do PPP apenas como um aspecto legal que deveria ser cumprido, porém, com o melhor entendimento acerca da relevância e das finalidades a que este se destina, a gestora passou a compreender e entendê-lo enquanto necessidade emergente em meio ao cotidiano da escola. Essa é uma realidade bastante frequente em muitas instituições de ensino, a ausência de um entendimento consolidado por parte de gestores e professores, em relação à relevância e particularidades que compõem o PPP, haja vista que o planejamento é momento ímpar para se discutir os principais aspectos do processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico, na medida em que segundo Baffi (2015) deve ser vivenciado com interesse e dedicação para com as suas finalidades e a qualidade dos seus resultados. É um momento em que o gestor pode situar os demais profissionais

presentes na instituição, da relevância da participação coletiva e contínua destes em termos e elaboração e consolidação do que é pensado ao longo da sua escrita.

Outro aspecto que se mostra cada vez mais relevante está presente nas primeiras reflexões acerca da elaboração do PPP, é o gestor ter em mente a necessidade de participação de um número significativo de profissionais do âmbito escolar na elaboração do documento, na medida em que isso possibilita um panorama geral acerca das particularidades de diferentes segmentos da escola, como o que se refere à parte administrativa, pedagógica, de serviços gerais, sem esquecer-se da participação dos pais nesse processo. Como ressalta Veiga (2004, p. 12), o Projeto Político Pedagógico “é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade”. Com isso, compreende-se a necessidade da participação desse grande número de profissionais e com todos os não-docentes, na medida em que isto não quer dizer que o fato de serem ouvidos e legitimados em seus anseios não significa que devam, na totalidade, integrarem-se diretamente no processo de elaboração escrita do documento do PPP.

O tempo em média que as escolas se utilizam para elaboração e/ou reelaboração do Projeto Político varia bastante de acordo com as respostas dos entrevistados, de modo que segundo a Gestora “Felicidade” a elaboração se dá em torno de “Uns seis meses a gente trabalha em cima do projeto. Porque a gente faz e depois vai ver que não tá bom, aí muda”. Já outras participantes dizem que

Realizamos bimestralmente reuniões gerais pra acompanhar e avaliar de perto as ações, o que é que tá acontecendo, o que é que falta para melhorar, o que ainda falta ser realizado, porque ele nunca tá pronto completamente, em dois meses geralmente está pronto o documento final, mas ele tá sempre sendo avaliado e implementado (**GESTORA RITA. Escola 1. Entrevista realizada em 10.08.2015**).

A primeira elaboração foi mais de seis meses, como agora a gente pensou em fazer as revisões, fazendo as alterações necessárias para que ele esteja sempre em dia, durou uma faixa de um mês e já estamos começando a fazer para o próximo ano (**COORDENADORA MARIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

Pode-se perceber a variedade dos tempos de elaboração e reelaboração do Projeto Político Pedagógico segundo essas profissionais, ao ponto que vemos na fala da Gestora “Felicidade”, o caráter de refletir o dia-a-dia em que as propostas do

projeto se consolidam no ambiente escolar, na medida em que requer por parte dos profissionais, um contínuo processo de reflexão-ação-reflexão, como forma de sanar as lacunas que se fazem presentes nesse processo.

Segundo Freire (1983) é dever dos profissionais presentes no âmago das instituições de ensino, estar atentos para o que acontece no cotidiano das suas práticas, de modo que estas podem acontecer ou não de forma adequada às especificidades do público atendido pela instituição. É necessário a presença de uma consciência expressiva, pela qual a ação e a reflexão andem juntas e de forma em que uma complemente a outra nesse processo, pois, é a partir desse movimento que os professores, bem como gestores e demais profissionais, estarão agindo condizente com o que trazem como proposta na elaboração do PPP.

É claro a dificuldade dos gestores entenderem o PPP como um instrumento de balizamento da escola enquanto um bem público, para o público, com o público e pelo público ao longo das gerações e em prol de uma configuração mais solidificada de relações democráticas e de formação cidadã, tendo o Estado como fundamento — pelas escolas — desse princípio.

O processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico deve ser, após certo tempo, seguido pela realização de sua revisão em meio às mudanças que são constantes no cotidiano das escolas, na medida em que esta atende uma heterogeneidade de sujeitos, o que requer um contínuo processo de adaptação a suas especificidades. Segundo os entrevistados, o projeto já foi revisado depois de sua implementação e as alterações desenvolvidas nesse processo de revisão são de caráter positivo mediante a qualidade da educação e os objetivos almejados em relação à formação dos educandos.

O nosso projeto já foi revisado muitas vezes desde a sua implementação inicial, pelo qual nós podemos realizar as alterações necessárias. Revisamos de dois em dois anos. Eu vejo essas alterações como primordiais, pois todos os dias nos deparamos com situações diferentes e que divergem de muitas propostas anteriores ao que foi colocado no projeto, e é aí onde aparece a necessidade de sempre refletirmos cotidianamente a nossa prática e enxergamos o Projeto Político Pedagógico como espaço de materialização das mudanças necessárias ao dia-a-dia da instituição (**PROFESSORA LÚCIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

Todos os anos ele é revisado. No início de cada ano letivo. As principais alterações são geralmente nas ações, nas práticas de sala

de aula, porque nossa clientela sempre ta mudando, a clientela de 2015 já é diferente da de 2014, nas inovações que sempre acontecem principalmente na área tecnológica. Em relação a essas alterações, é certo que nem sempre a gente acerta, mas sempre ta buscando algo novo, a gente pesa que é o melhor, mas quando vai para a prática em sala não tem o resultado esperado, mas a gente tem sempre que ta tentando e buscando o melhor (**GESTORA RITA. Escola 1. Entrevista realizada em 10.08.2015**).

Observa-se que o tempo de revisão do Projeto Político Pedagógico varia segundo os participantes de um a dois anos, sendo que dentro desse prazo, é preciso que a equipe técnica e a equipe pedagógica estejam a par das especificidades das vivências decorrentes desse espaço de tempo, na medida em que poderão a partir dessas noções particulares, propor estratégias que possam ser primordiais para a qualidade da educação almejada mediante o processo de revisão do Projeto Político Pedagógico.

Os participantes deixam claro em suas respectivas falas, a importância e a necessidade de levar em consideração nos momentos que perpassam a reflexão e construção do Projeto Político Pedagógico, a consideração e a visibilidade do contexto em que os educandos estão inseridos, ao ponto que esta prática tende a resultar em uma melhor materialização do projeto no cotidiano das instituições de ensino.

Esse processo de elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico pelos diferentes profissionais que compõem as instituições de ensino, não é algo fácil de conceber, pois, grande parte dos profissionais não se interessam em participar da elaboração ou mesmo da revisão. Sabendo disso, os encontros para planejamento escolar devem ser permeados por palavras de motivação por parte da gestão e coordenação, levando em conta a finalidade do projeto para a qualidade da educação da instituição e a necessidade da participação desses profissionais nesse processo que perpassa a construção do PPP.

A gestão durante o espaço de tempo que perpassa os processos de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico, vivencia uma série de dificuldades, e uma delas diz respeito a pouca participação efetiva dos demais profissionais nesse processo, de modo que se dá de forma muito pouco frequente no que compete a participação de toda a equipe escolar.

Segundo o relato dos entrevistados a seguir, as principais dificuldades no que concerne a essas questões, referem-se a problemas de pouca participação e falta de interesse, bem como a divergência e o choque de horários que dificulta o encontro com todos os profissionais nos momentos de organização e reflexão que perpassam a revisão do Projeto Político Pedagógico.

Na minha opinião seria mais convergir as ideias. Porque a equipe da escola, ela é muito ativa no que se refere a pensar estratégias para melhoria da educação. Então são muitas ideias e colocar elas todas em pontos, em estratégias é um pouco difícil (**PROFESSOR JAILSON. Escola 1. Entrevista realizada em 10.08.2015**).

Na nossa escola sempre existem pessoas que tem dois vínculos, um no estado, no município ou numa escola particular, aí a gente quase nunca consegue chamar as pessoas para um mesmo horário para encontro de todos. O que dificulta o processo (**GESTORA FELICIDADE. Escola 2. Entrevista realizada em 14.08.2015**).

É o mais difícil, porque nem todo mundo se envolve, não podemos dizer que cem por cento estão envolvidos a desenvolver o plano da gestão. Nem todo mundo está envolvido e até os planos de ensino que também têm que está baseados no PPP, no que determina o projeto e ainda é difícil a gente conseguir, porque o professor que trabalha em três escolas, por exemplo, acaba não tendo tempo de sentar para planejar (**COORDENADORA MARIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

No âmbito escolar, bem como em quaisquer outras instâncias que envolvam a inter-relação entre diferentes profissionais, será sempre um local permeado por diversos conflitos, na medida em que cada pessoa se coloca mediante as suas experiências vividas, de acordo com “o lugar de onde se fala”. Com isso, concorda-se com o Professor “Jailson” quando ele se refere ao espaço da escola como um lugar de divergência de ideias e como resultado a dificuldade de consolidação de uma proposta que seja comum nesse âmbito.

Segundo Vasconcelos (2013) esse conflito de opiniões é normal, na medida em que, em sua grande maioria, as finalidades das propostas presentes no Projeto Político Pedagógico não ficam claras da mesma forma para todas as pessoas. É frequente o fato de que muitas estratégias no processo de elaboração do PPP venham a se confundir mediante a compreensão tida por cada profissional naquele

espaço, na medida em que também é necessário segundo o autor, abrir espaço para essas divergências, pois, se falamos em gestão democrática e participação coletiva, os conflitos de ideias e posicionamentos fazem parte desse processo. O diálogo é algo imprescindível nesses momentos.

Ainda em relação às dificuldades encontradas pela gestão na organização do pessoal para elaboração do Projeto Político Pedagógico, outro agravante muito enfatizado pelos entrevistados na pesquisa foi a falta de convergência de horários para participação de todos na construção do PPP. Segundo os participantes da pesquisa a maioria dos professores não participam da revisão do PPP porque justificam falta de tempo, por trabalharem em duas ou mais escolas.

A participação da comunidade escolar, como pais e responsáveis pelos educandos no processo de elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico é algo que deve ser mais bem desencadeado em relação ao planejamento e organização do pessoal para construção do documento. Em relação a isso, os sujeitos da pesquisa nos ressaltaram sobre a existência ou não de uma efetividade em relação a essa participação, bem como se as sugestões propostas pelos pais tendem a ser elencadas ao PPP, e se são colocadas em prática durante sua implementação.

Logo que o projeto ta pronto, a gente apresenta os resultados nas reuniões de pais. São poucas as sugestões que eles têm, mas quando algum pai traz a sugestão a gente sempre acata. Nos encontros a gente coloca sempre o que a gente ta trabalhando, não há uma participação efetiva na elaboração do documento, mas com sugestões simples sempre sugerindo alguma coisa (**GESTORA RITA. Escola 1. Entrevista realizada em 10.08.2015**).

Na elaboração do PPP eu não lembro. Na revisão do PPP a gente geralmente escuta mais a questão dos alunos pelo conselho de classe, que a gente vai implementando durante o ano, mas que seja feita uma reunião específica pra isso, não é feita não (**PROFESSOR JAILSON. Escola 1. Entrevista realizada em 10.08.2015**).

Na nossa instituição a comunidade no que se refere aos pais e responsáveis dos alunos, participam da reelaboração do PPP no próprio dia-a-dia das vivências na instituição, pois chegam, muitas vezes, nos momentos de deixar o filho na escola, com algumas questões que acreditam que podem vir a ser melhoradas. Acreditamos que as sugestões são significativas e necessárias à

implementação do nosso PPP (**PROFESSORA LÚCIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

Percebe-se nos relatos dos participantes certa inviabilidade da participação dos pais e comunidade no processo de elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico nas instituições pesquisadas, pela qual essa se dá ou a partir de sugestões simples em mercê das discussões presentes nas reuniões de pais e mestres, ou mesmo uma inexistência total dessa participação segundo o Professor “Jailson”.

A participação é algo real e que pode ser concretizado como uma forma democrática da instituição de ensino se colocar mediante diferentes questões de modo descentralizado, pois, essa discussão é algo que já se encontra concretizado na própria Constituição Federal (BRASIL, 1988) quando enfatiza que essa participação deve ser princípio descentralizador em meio às políticas públicas de educação, o que também é corroborado pela Lei de Diretrizes da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, a participação da família se mostra cada vez mais relevante e desafiante em meio às propostas referentes à revisão do Projeto Político Pedagógico, pois, a família se constitui enquanto uma categoria estrutural das decisões que perpassam o cotidiano da escola, ao ponto que exercem, ou necessitam exercer, significativas contribuições em relação à construção das principais ideias da construção e efetivação da cidadania na sociedade contemporânea. Compreende-se a necessidade de haver também um processo de educação das famílias para a participação, que vai desde à sensibilização, passando pelas visitas domiciliares e integrações intersetoriais com reuniões do bolsa-família, programas de saúde, orientações médicas de saúde da mulher em ambiente escolar (articulada pelo corpo gestor), entre outras possibilidades.

Quando se pensa na própria denominação que perpassa os sentidos de um “*Projeto Político Pedagógico*”, nota-se que esta sugere um trabalho condizente com uma perspectiva coletiva de consolidação das ações escolares, de modo que seja uma prática delineada pelos interesses conjuntos e tendo o diálogo com principal instrumento de discussão, levando em consideração o posicionamento de todos os participantes nesse processo de elaboração e revisão.

A participação desses sujeitos segundo o Professor “Jailson” também pode acontecer nos momentos de entrada e saída dos pais e responsáveis na escola, na medida em que esses contatos possibilitados a partir destes momentos dão abertura para a colocação de sugestões, dúvidas e questões que podem não ter sido discutidas nos encontros de reuniões entre pais e mestres. Com isso, a elaboração do PPP deve acontecer pautada numa visão de maior flexibilidade em relação às possibilidades, portanto,

Para que se alcance êxito ao propor a participação efetiva da família no Projeto Político Pedagógico, é necessário que a própria escola, como organizadora e gestora do projeto esteja segura e convicta da importância de tal parceria, para que ao convidar a família as questões político-pedagógicas sejam eficientes e alcancem a credibilidade da comunidade. (BIÁZZIO; LIMA, 2009, p.12)

Nessa perspectiva, se faz necessário que as instituições de ensino promovam espaços para a presença do diálogo e do pensar coletivamente, ao ponto que possa contar com a participação de profissionais que trabalham em diferentes segmentos que compõem a organização escolar, como forma de obter uma perspectiva geral das particularidades e necessidades primeiras da instituição a partir do foco na promoção de uma educação de qualidade.

Muitas são as metas que precisam ser priorizadas e consolidadas no Plano de Ação que se encontra anexo aos processos de elaboração e reelaboração do Projeto Político Pedagógico. Grande parte dessas metas refere-se a diferentes questões pertinentes ao cotidiano escolar como – segundo os entrevistados – a necessidade de

Melhorar o desempenho da escola, que tem como estratégia trabalhar a autoestima na gestão democrática das pessoas, tendo como princípio a liderança, porque a gente faz uma avaliação anual do trabalho realizado na escola. Então quando a gente fez a tabulação, a nossa estava justamente no que concerne a gestão de pessoas e a gente foi trabalhar em cima disso, então entra a questão do acompanhamento, do controle, do planejamento pra que a gente melhore. Uma outra meta foi que possamos exigir o cumprimento do regimento interno para o ano, estabelecendo rotinas administrativas e pedagógicas na escola (**COORDENADORA MARIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

As metas foram a participação dos docentes de forma mais ativa na elaboração do PPP, outra coisa, também, foi intensificar os planejamentos pedagógicos, a gente faz semanalmente e promover a participação da escola em projetos, a partir da elaboração por turmas e ampliar o número de educandos assistidos por profissionais. Temos uma parceria com o PIBID, pelo qual os alunos são auxiliados pelas pibidianas. São metas que estão em processo de execução (**PROFESSORA PAULA. Escola 2. Entrevista realizada em 14.08.2015**).

As metas que mais têm nos preocupado é a questão da diminuição do índice de evasão e repetência. Do ano passado pra cá nós tivemos uma redução do índice de evasão em quinze por cento, então, quer dizer que nossa meta foi alcançada e esse ano a gente ta novamente nessa batalha. Então o que mais nos preocupa é a questão da repetência (**GESTORA RITA. Escola 1. Entrevista realizada em 10.08.2015**).

As metas consolidadas no Plano de Ação devem estar em consonância com as principais lacunas encontradas na instituição nos seus diferentes segmentos. Trabalhar a autoestima do grupo escolar a partir de uma perspectiva de gestão democrática – como nos aponta a Coordenadora “Maria” – requer o entendimento de que esta não é uma tarefa fácil, ao ponto que exige uma espécie de ruptura entre as questões referentes ao grupo administrativo da escola, a partir de um enfrentamento coletivo mediante as diferentes situações de exclusão e reprovação dos educandos, que tendem a ser marginalizados mediante diferentes contextos sócio-econômicos e culturais.

Nessa perspectiva, em relação à relevância da escola trabalhar sob uma perspectiva da gestão democrática, verifica-se que

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tudo em vista de sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora (VEIGA, 2004, p.19).

A escola pautada em um trabalho que viabilize a materialização de uma gestão democrática nas suas práticas firma um compromisso de realizar a partir de uma elaboração coletiva, a construção de um Projeto Político Pedagógico que levem em

consideração os principais problemas e necessidades particulares de diferentes grupos. Para isso, é necessária a desmistificação das dicotomias existentes entre teoria e prática, entre processos de concepção e execução de propostas que são advindas da elaboração dos Planos de Ação anexos ao Projeto Político Pedagógico da instituição.

Outra meta que foi bastante enfatizada pelos participantes foi à necessidade de diminuir o alto índice de evasão e repetência nas instituições. A elaboração e revisão do PPP nas instituições públicas de ensino é o momento de colocar no papel as principais causas que levam a um número cada vez maior de educandos que evadem e repetem em um respectivo ano letivo. É o momento, também, em que são apontadas as principais estratégias a serem criadas e colocadas em prática para sanar tais problemas, de modo que todas as estratégias e sugestões se encontram presentes na elaboração do Plano de Ação que se encontra em anexo ao Projeto Político Pedagógico.

No processo de elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico, são muitos os desafios que são delineados para que de fato o projeto seja concretizado como um instrumento que defina a proposta de trabalho da escola. Sabendo disso, uma das entrevistadas diz que dentre os principais desafios encontrados nesse processo, ela acredita que um deles diz respeito a falta de “[...] recursos, pois tem projetos que requerem apoio financeiro e nem sempre temos, como também a má vontade de disponibilizar tempo por parte de alguns professores e funcionários (**GESTORA ALICE. Escola 3**). Já um outro professor diz que

Seria mais o conhecimento por parte de outros professores, o conhecimento mais a fundo. Saber da existência sabem, agora o negócio é saber como ele é executado na escola, desde a sala de aula até a gestão (**PROFESSOR JAILSON. Escola 1. Entrevista realizada em 10.08.2015**).

Acredito que o maior desafio é a não visibilidade do projeto para muitos profissionais. Muitos só ouvem falar, nem sabem do que se trata e nem se interessam em saber. Sempre convidamos todos para participar dos encontros, mas justificam falta de tempo de vir aos encontros e acabam por inferiorizar a relevância do projeto para a qualidade das suas práticas dentro da sala de aula (**PROFESSORA LÚCIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

A ausência de recursos para a finalidade das propostas advindas da elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico dificulta a efetivação de um trabalho de qualidade por parte da instituição para com o público atendido e para com os seus objetivos inicialmente almejados, na medida em que segundo Betini (2005), isso limita a possibilidades de contato desses sujeitos com uma gama de metodologias e de informações que poderiam ser compartilhadas a partir de um investimento maior acerca das propostas de ações e projetos desenvolvidos pelos profissionais responsáveis pela revisão do PPP.

Outro desafio que foi bastante ressaltado por grande parte dos sujeitos da pesquisa, diz respeito ao desconhecimento por parte de muitos profissionais acerca da relevância e da real finalidade do Projeto Político Pedagógico – como apontado pelo Professor “Jailson” e pela Professora “Ana” – para as ações desenvolvidas nas instituições públicas de ensino, de modo que essa invisibilidade acarreta em uma maior desvalorização do documento como instrumento possibilitador da melhoria em termos de qualidade de ensino-aprendizagem.

Toda e qualquer elaboração e reelaboração de um Projeto Político Pedagógico, deve ser permeado por um embasamento teórico sólido que lhe dê sustentação para fundamentar os posicionamentos, sugestões e propostas advindas desse processo. Alguns desses referenciais teórico-metodológicos possibilitaram uma melhor compreensão dos profissionais no momento de elaboração ou revisão do projeto e um maior entendimento acerca da estrutura e especificidades que compõem o projeto. Segundo a coordenadora “Ana” da escola 1, sua equipe busca “[...] trabalhar com os principais estudiosos dentro da área, usamos então: A LDB, Pedro Demo, Moacir Gadotti, Ilma Passos Veiga, entre outros e também procuramos implementar as leis que asseguram os alunos”.

Se você pegar a nossa proposta, você vai ver como primeira referências a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Básica, a LDB. Então temos também outros autores como Ilma Passos Veiga; Luckesi [...] **(PROFESSORA PAULA. Escola 2. Entrevista realizada em 15.08.2015).**

Utilizamos para embasamento do nosso projeto alguns teóricos que muito contribuíram para as mudanças de compreensão em termos de qualidade da educação que temos presenciado. Teóricos como Paulo Freire, Vasconcelos, Veiga, Luckesi e documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais, nos servem de norte para a realização do

nosso trabalho (**PROFESSORA LÚCIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

Dentre um grande número de teóricos e estudiosos que versam suas pesquisas sobre o Projeto Político Pedagógico e a organização do trabalho pedagógico e administrativo nas instituições públicas de ensino, nota-se que grande parte dos profissionais entrevistados fazem uma ressalva para a utilização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como forma de possibilitar aos elaboradores do projeto, um maior conhecimento acerca das particularidades que constituem o que é essencial em um PPP. Os documentos que versam sobre os direitos da criança como o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais, também foram tocados como relevantes nesse processo. É fato a existência de poucos estudos dirigidos ou em sessões partilhadas. Embora se assegure que há os estudos, eles tendem a não acontecer em sessões partilhadas que favoreçam e amadureçam as instâncias de relações democráticas e de pertença ou ainda de fomento de espírito de grupo.

Grande parte dos teóricos apontados pelos sujeitos da pesquisa vão em consonância com o embasamento aqui delineado como suporte teórico e metodológico para a construção desse trabalho. Autores como Moacir Gadotti; Cipriano Luckesi; Ilma Passos Veiga; Paulo Freire e Celso Vasconcelos possibilitaram um olhar diferente sobre o objetivo aqui delineado, de modo que enriqueceu a qualidade de discussões ao longo da escrita do trabalho.

Em relação às competências e/ou habilidades imprescindíveis para um gestor escolar no que diz respeito ao processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico na Escola Pública, segundo a entrevistada abaixo, o gestor necessita

[...] estar atento para a relevância do trabalho em grupo, sendo sempre um motivador da participação dos diferentes profissionais e dos pais em torno das questões que permeiam o processo de elaboração e reelaboração do documento. O gestor tem que realizar suas ações mediante uma concepção de gestão democrática e participativa (**PROFESSORA LÚCIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

No meu entendimento eu acredito que a principal competência e habilidade é ter um conhecimento do que é um projeto político

pedagógico, conhecer a realidade da escolar e compreender e saber exatamente a sua função (**COORDENADORA ANA. Escola 1. Entrevista realizada em 10.08.2015**).

[...] Não existe um gestor entrar numa instituição e querer mudar tudo do projeto, ele tem que trabalhar em cima do que já está colocado diante das necessidades da comunidade atendida. Ele deve focar na revisão, na reelaboração a partir da proposta de estratégias e fazer como se ele fosse a sua carta magna. Igual o advogado anda com o código civil, o gestor deve ter o PPP sempre ao seu alcance (**COORDENADORA MARIA. Escola 3. Entrevista realizada em 03.08.2015**).

O gestor é então, profissional responsável por liderar a organização da elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico, ao ponto que necessita ir em consonância com a LDB (1996) quando atribui a obrigação das instituições de elaborarem um PPP e o revisarem periodicamente mediante as mudanças decorrentes no contexto educativo vivido, a partir de uma perspectiva de gestão democrática.

O estímulo para a realização de trabalhos em grupo e de forma dialogada é dever do gestor em meio a esse processo, na medida em que possibilita uma maior participação de profissionais de diferentes segmentos da instituição, enriquecendo, assim, a escrita do projeto. Conhecer a fundo as especificidades que envolvem a construção do Projeto Político Pedagógico possibilitará ao gestor obter uma gama de conhecimentos acerca do objeto, acarretando, assim, na disseminação de um maior número de discussões acerca dos processos de elaboração e implementação do PPP na escola pública.

Outro fator citado pelos entrevistados foi à relevância do gestor estar ciente da realidade do contexto em que a escola está inserida, bem como das particularidades dos sujeitos que ela atende, ao ponto que isso possibilita sugestões e propostas condizentes com as necessidades dos educandos e de acordo com suas condições sócio-econômicas e culturais.

O gestor escolar tem de se conscientizar de que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. Isso na maioria das vezes, decorre do fato de o gestor centralizar tudo, não compartilhar as responsabilidades com os diversos atores da comunidade escolar. Na prática, entretanto, o que se dá é a mera rotinização e

burocratização das atividades no interior da escola, e que nada contribui para a busca de maior eficiência na realização de seu fim educativo (PARO, 2006, p.130).

Nessa perspectiva, uma postura adequada e descentralizada do gestor escolar público mediante os processos de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico é essencial para os resultados, na medida em que seu trabalho com a administração, parte pedagógica e resolução de conflitos, tornarão o âmbito escolar um local de aprendizado de qualidade e construção de uma cidadania crítica e condizente com o contexto vivido. Essa postura influenciará na qualidade da elaboração do PPP, ao ponto que cabe a ele avaliar e incentivar cada vez mais um maior número de profissionais para colaborarem com a escrita do projeto de acordo com as suas vivências na instituição.

Cabe ao gestor escolar enquanto profissional que abre caminho para a construção do PPP, estar atento a esse processo e avaliar a qualidade do trabalho desenvolvido na instituição, bem como se os planos de ação anexos ao PPP estão condizentes com as mudanças ocorridas ao longo de certo espaço de tempo, garantindo os recursos necessários para essa elaboração.

Sendo assim, o trabalho do gestor escolar pautado numa perspectiva de gestão democrática, possibilitará o encontro com melhores resultados no que compete os diferentes segmentos presentes na instituição, ao ponto que resulte na qualidade do processo de ensino-aprendizagem e na construção da autonomia de sujeitos capazes de atuarem com cidadania na sociedade em que vivem.

Nessa perspectiva, mediante a discussão advinda desse capítulo, bem como do trabalho em geral, compreende-se que a construção do PPP é algo que deve ser feito em coletividade, visto que este é um documento que visa o melhoramento da escola, portanto, a participação da comunidade escolar se faz relevante e obrigatória para que esse documento venha a trazer contribuições para o bom desenvolvimento da escola. A participação da equipe administrativa, financeira e comunidade são fundamentais para que a construção do PPP seja satisfatória para o melhoramento da escola. O Projeto Político Pedagógico deve conter informações gerais da escola e o que pretende melhorar dentro desta, lembrando que deve ser uma construção da equipe, professores, gestor e demais funcionários que atuam na escola para que assim tentem colocá-lo em práti

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que este momento de conclusão, a partir do que foi coletado e analisado na pesquisa de campo originária da investigação para esta monografia, é uma reflexão acerca do que foi coletado mediante o objeto de estudo, pois, na medida em que lê-se os dados, percebe-se tantas outras possibilidades de se efetivar estudos e pesquisas acerca da temática, a partir da existência de um determinado objeto e problema de pesquisa a ser investigado.

Desse modo, a questão-problema desse estudo que foi a de compreender por quais desafios e possibilidades ocorre à elaboração e a implementação do Projeto Político Pedagógico em Escolas Públicas, foi respondida, na medida em que foi possível compreender que esses desafios e possibilidades dizem respeito a diferentes questões como a falta de participação dos professores na elaboração, pouca visibilidade da relevância do projeto em prol das questões relativas à qualidade educativa da instituição, bem como a possibilidade do projeto ser um instrumento que dê sustentação para as diferentes vivências, conflitos e desafios do âmbito escolar.

A escola pública é entendida, assim, com uma função social, afim de intencionalizar e implementar o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor dos alunos, em prol das suas socializações, por intermédio de um projeto de sociedade. Então o diferencial da escola pública é a intencionalidade de se afirmar e pensar na qualidade de vida, no modo de produção, na geração de trabalho e na renda de forma mais humanizada. Deste modo por ser um bem público, é uma instância de formação de sujeitos que possam por eles mesmos, envidar suas próprias realizações. A referida tem como função preparar os alunos para os processos de socialização no âmbito social, político e familiar e para isso tem como objetivo trabalhar o contexto em que esses educandos estão inseridos, possibilitando um conhecimento prévio e orientando os educandos para que adquiram o poder de fazer análises sobre suas realidades de maneira crítica.

Com relação ao objetivo geral dessa investigação, que foi o de analisar como ocorrem a elaboração e a implementação do PPP, em escolas públicas da cidade de Cajazeiras – PB, frente aos desafios e possibilidades inerentes a tais processos, compreende-se que foi alcançado, ao ponto que foi possível compreender diferentes

conceitos e definições relativos ao PPP, como, também, os principais desafios que perpassam esses processos de elaboração e implementação.

Sobre a importância das instituições de ensino necessitarem da presença de um Projeto Político Pedagógico para nortear seu trabalho mediante os diferentes sujeitos e vivências que se fazem presentes no cotidiano escolar, os participantes da pesquisa enfatizaram, em sua maioria, essa relevância, apontando diferentes questões que justificavam tal importância. Questões como o PPP como possibilitador do atendimento as necessidades dos educandos e como promotor da sua criticidade e autonomia e o PPP como documento de consolidação dos principais objetivos pensados para a efetivação da proposta teórica-metodológica da instituição.

Os processos de elaboração e reelaboração do Projeto Político Pedagógico segundo alguns dos participantes da pesquisa foi um encaminhamento exigido pela Secretaria de Educação, pela qual a instituição deveria seguir. Foi também ressaltado em relação à discussão dessa construção nos planejamentos da escola, no que compete ao planejamento administrativo e pedagógico, no qual se iniciam as primeiras discussões sobre o projeto.

O tempo em média que as escolas se utilizam para elaboração e/ou reelaboração do Projeto Político varia bastante de acordo com as respostas dos entrevistados. Alguns diziam que o projeto estava pronto em torno de dois meses; outras três meses, e outro no seu relato trouxe que o documento era apresentado após seis meses de construção. Compreende-se que esse processo de revisão do projeto deve compreender pelo menos, uma terça parte de um ano letivo, na medida em que requer tempo de refletir acerca das principais questões a serem enfatizadas no documento, bem como as estratégias e a construção do plano de ação para atender tais demandas.

O tempo de revisão do Projeto Político Pedagógico varia segundo os participantes de um a dois anos, sendo que dentro desse prazo, é preciso que a equipe técnica e a equipe pedagógica estejam a par das especificidades das vivências decorrentes desse espaço de tempo, na medida em que poderão a partir dessas noções particulares, propor estratégias que possam ser primordiais para o alcance dos objetivos almejados mediante o processo de revisão do Projeto Político Pedagógico. As alterações pertinentes aos encontros para revisão da proposta do projeto foram vistas como aspectos positivos pelos participantes, na medida em que

possibilita a reflexão das melhorias a serem pensadas e colocadas em prática no cotidiano das instituições.

A gestão durante o espaço de tempo que perpassa os processos de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico, vivencia uma série de dificuldades, e uma delas diz respeito a pouca participação efetiva dos demais profissionais nesse processo, de modo que esta se dar de forma muito pouco frequente no que compete a participação de toda a equipe escolar. As divergências nos horários também se mostram uma dificuldade encontrada por parte da gestão, na medida em que dificulta a possibilidade de participação de todos nesse processo de construção.

Em relação à participação da comunidade escolar, como pais e responsáveis pelos educandos no processo de elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico, ficou claro nos momentos em que os sujeitos da pesquisa nos ressaltaram sobre a existência ou não de uma efetividade em relação a essa participação, bem como se as sugestões propostas pelos pais tendem a ser elencadas ao PPP, que essa participação não ocorre com frequência, porém, quando ocorrem essas sugestões pensadas pela comunidade são levadas em consideração pela gestão e equipe pedagógica no processo de construção do projeto. Colocar em prática as sugestões trazidas pela comunidade escolar é algo que deve ser mais bem desencadeado em relação ao planejamento e organização do pessoal dos diferentes segmentos para construção do documento.

Sabe-se que muitas são as metas que precisam ser priorizadas e consolidadas no Plano de Ação que se encontra anexo aos processos de elaboração e reelaboração do Projeto Político Pedagógico. Grande parte dessas metas refere-se a diferentes questões pertinentes ao cotidiano escolar como a necessidade de melhorar o desempenho da escola no trabalho com a autoestima; melhorar a participação dos docentes na elaboração do PPP, bem como a diminuição do índice de evasão e repetência.

A formação de um Pedagogo apto para lidar com as demandas pertinentes ao âmbito escolar deve ser viabilizado, inicialmente, pelos cursos de formação de professores, bem como de formação continuada, de modo a possibilitar um encontro com as questões relativas ao trabalho do gestor na escola pública. As disciplinas que trazem uma discussão sobre gestão escolar e organização do trabalho pedagógico na escola, possibilitam um novo olhar mediante essas questões, ao

ponto que auxilia para a formação de um profissional consciente das peculiaridades do contexto escolar.

No processo de elaboração e revisão do Projeto Político Pedagógico, são muitos os desafios que são delineados para que de fato o projeto seja concretizado como um instrumento que defina a proposta de trabalho da escola. Desse modo, em relação a essa discussão os participantes disseram que esses desafios dizem respeito a falta de recursos para colocar em prática diferentes projetos e a necessidade de uma maior visibilidade das particularidades e relevância do Projeto Político Pedagógico para muitos profissionais.

Já no que compete as habilidades e competências imprescindíveis para um gestor escolar no que diz respeito ao processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico na Escola Pública, os participantes disseram que estas referem-se a necessidade do gestor compreender a relevância de um trabalho pautado numa perspectiva de gestão democrática, que possibilite a descentralização do poder e a participação de todos. O gestor é visto como aquele que precisa, antes de todos, compreender as especificidades que perpassam a construção do PPP na escola. É clara a dificuldade dos gestores em entenderem o PPP como um instrumento de balizamento da escola enquanto um bem público, para o público, com o público e pelo público ao longo das gerações e em prol de uma configuração mais solidificada de relações democráticas e de formação cidadã, tendo o Estado como fundamento — pelas escolas — desse princípio.

Numa visão geral das visitas para realização das entrevistas nas instituições aqui pesquisadas, percebeu-se que grande parte dos profissionais se mostravam um tanto despreparados e sem muito entendimento acerca das particularidades que perpassam a construção Projeto Político Pedagógico, de modo que no que se compete aos gestores, compreende-se a necessidade destes serem formados em Licenciatura em Pedagogia – realidade essa que não foi encontrada em todas as instituições.

Os processos de construção, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico em escolas públicas, devem levar em consideração as continuidades das ações realizadas a partir de uma perspectiva de gestão democrática e participação coletiva de todos os profissionais. A própria reorganização da instituição, necessita da construção de um projeto que esteja condizente com a

realidade do público atendido, bem como de sugestões para melhoria do desempenho da instituição.

Nessa perspectiva, no processo de construção do Projeto Político Pedagógico, compreende-se que é necessário cada vez mais resgatar os espaços de debate e diálogo no âmago das instituições, ao ponto que esse é um caminho para se chegar a uma reflexão coletiva das ações – e dos resultados destas – desenvolvidas no cotidiano das instituições, bem como a um maior entendimento das questões teórico-metodológicas que perpassam esse espaço.

Portanto, acredita-se que a construção de um Projeto Político Pedagógico que leve em consideração a realidade do contexto sócio-educativo, deve ser trabalho primordial da gestão e da equipe pedagógica das instituições de ensino, na medida em que esse trabalho será resultante na qualidade da educação oportunizada pela escola nesse processo. Desse modo, através da reflexão realizada nesse trabalho, compreende-se que os processos que perpassam a elaboração e implementação de um PPP numa escola pública, requer uma postura consciente e crítica por parte dos profissionais envolvidos, na medida em que deve-se ter como norte as experiências e saberes advindos das particularidades do contexto de cada um desses sujeitos no cotidiano das instituições.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, K. C. **Projeto político-pedagógico**: na construção do ideal e os embates com o real. Disponível em: <http://www.famper.com.br/download/pdf/keila_10.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2015.
- BAFFI, M. A. T. **O planejamento em educação**: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/educadores/Artigos/PDF/fundamentos_educacao.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- BETINI, G. A, A construção do Projeto Político Pedagógico da Escola. **Revista Educação UNIPINHAL**, Esp. Sto. do Pinhal, SP, v. 01, n. 03, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.unipinhal.edu.br/ojs/educacao/include/getdoc.php?id=158&article=48&mode=pdf>>. Acesso em 24 out. 2015.
- BIÁZZIO, S. C. F. de; Lima, P. G. A participação da família no projeto político pedagógico da escola. Educere et Educare – **Revista de Educação**, Vol. 4 n. 7, 2009.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradutores: Maria João Alvarez, Sara Maria dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília : 1996.
- CANÁRIO, R. **Estabelecimento de ensino**: a inovação e a gestão de recursos educativos. 1999. Disponível em: <<http://cefopna.no.sapo.pt/9.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREITAS, L. C. **Organização do trabalho pedagógico**. Palestra proferida no VII Seminário Internacional de Alfabetização e Educação. Novo Hamburgo, 1991.
- FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 5 ed. Campinas: Papirus, 2002.
- GADOTTI, M. **Dimensão política do projeto pedagógico da escola**. Disponível em: <<http://portal.iadebrasil.com.br/pos/biblioteca/alfabetizacao-letramento/modulol/pdf/22%20Projeto%20Pol%C3%ADtico%20Gadotti.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8-02/09/94.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. ed Cortez, 8 edição, 2009.

LONGHI, S. R.; BENTO, K. L. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. Vol. 3 n. 9 - jul.-dez./2006.

MARQUES, M. O. Projeto pedagógico: A marca da escola. In: **Revista Contexto & Educação**, nº 18. Ijuí, abril/jun, 1990.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

RONCA, P. C. **A prova operatória**. ed. Finep, São Paulo, 1996.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SAVIANI, D. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J. C; SAVIANI, D; NASCIMENTO, M. I. M. **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Aracajú, Sergipe: Autores Associados, 2003.

SENS, A. S. **Projeto pedagógico da escola**. Disponível em: <http://www.fecam.org.br/arquivosbd/noticias/0.339244001284733185_artigo_projeto_pedagogico_da_escola__aracy_santos_sens_.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOBRINHO, J. **Reflexões sobre os planos decenais municipais de educação**. São Paulo: ed Vozes, 1994.

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA (Org.). **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

VASCONCELOS, C. dos S. Projeto Político-Pedagógico: considerações sobre a sua elaboração e concretização. In: **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad Editora, 2013.

_____. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas-SP: Papirus, 2004.

VEIGA, I. P. de A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? In: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003, 275. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 28 de abr. 2015.

VEIGA, I. P. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 13. ed. Campinas: Papirus, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Bom dia (boa tarde ou noite), meu nome é _____,
eu sou _____ do curso de
_____ da Universidade Federal de Campina
Grande e o Sr. (a) está sendo convidado (a), como voluntário (a), à participar da
pesquisa intitulada “**Entraves e Possibilidades do Processo de Elaboração e
Implementação do PPP na Escola Pública**”.

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: As intenções e motivações desse estudo deve-se ressaltar a necessária e devida contribuição da Universidade Pública na contínua referencialização do ensino superior por intermédio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, nesse caso, desdobradas nas frentes de trabalho da iniciação científica. O objetivo dessa pesquisa é analisar como ocorrem a elaboração e a implementação do PPP, em escolas públicas da cidade de Cajazeiras – PB, frente aos desafios e possibilidades inerentes a tais processos. O (os) dados serão coletados da seguinte forma: o Sr. (a) irá responder uma entrevista semiestruturada que aborda pontos relacionados aos processos de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico na escola pública.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Não haverá desconforto ou risco mínimo previsível para o (a) Sr. (a) que se submeter à coleta dos dados, onde não haverá identificação individualizada e os dados da coletividade serão tratados com padrões éticos (conforme Resolução CNS 466/12).

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: A participação do Sr. (a) nessa pesquisa não implica necessidade de acompanhamento e/ou assistência posterior, tendo em vista que a presente pesquisa não tem a finalidade de realizar diagnóstico específico para o (a) senhor (a), e sim identificar fatores gerais da população estudada. Além disso, como na entrevista não há dados específicos de

identificação do (a) Sr. (a), a exemplo de nome, CPF, RG, etc., não será possível identificá-lo posteriormente de forma individualizada.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: O Sr. (a) será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O Sr. (a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de prestação de serviços. O (a) pesquisador (a) irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa permanecerão confidenciais podendo ser utilizados apenas para a execução dessa pesquisa. O (a) Sr (a) não será citado (a) nominalmente ou por qualquer outro meio, que o identifique individualmente, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo (a) Sr. (a) na última folha e rubricado nas demais, ficará sob a responsabilidade do pesquisador responsável e outra será fornecida ao (a) Sr. (a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para Sr. (a) e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Não é previsível dano decorrente dessa pesquisa ao (a) Sr. (a), e caso haja algum, não há nenhum tipo de indenização prevista.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE:Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. O (a) pesquisador(a)_____certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais, no que se refere a minha identificação individualizada, e deverão ser tornados públicos através de algum meio. Ela compromete-se, também, seguir os padrões éticos definidos na Resolução CNS 466/12. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar o professor orientador **Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes**, através do telefone 83 9914 2019. Além disso, fui informado (a) que em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo poderei consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador responsável

Hospital Universitário Alcides Carneiro, o CEP/HUAC - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sito à Rua Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande- PB. Telefone: (83) 2101-5545.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

_____	_____	____/____/____
Nome	Assinatura do Participante da Pesquisa	Data
_____	_____	____/____/____
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data

APÊNDICE B



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
ALUNA: KATH RENNALY LACERDA DE OLIVEIRA.

FORMULARIO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

TÍTULO: ENTRAVES E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PPP NA ESCOLA PÚBLICA

QUESTÃO DE PESQUISA: POR QUAIS DESAFIOS E POSSIBILIDADES OCORRE A ELABORAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM ESCOLAS PÚBLICAS?

OBJETIVO GERAL: ANALISAR COMO OCORREM A ELABORAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP, EM ESCOLAS PUBLICAS DA CIDADE DE CAJAZEIRAS – PB, FRENTE AOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES INERENTES A TAIS PROCESSOS.

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____

Pseudônimo Escolhido: _____

Formação básica:

Graduação: () Sim () Não - Qual:

Especialização: () Sim () Não - Qual:

Stricto Sensu: () Sim () Não - Qual/Em
que: _____

Tempo de atuação no magistério: _____

Tempo de atuação como docente na escola que administra: _____

Tempo de inserção na comunidade em que fica a atual escola:

Participa de algum movimento social vinculado à docência e/ou à gestão:

() Sim () Não - Qual(is): _____

Telefone: _____ Email: _____

2 QUESTÕES:

2.1 A escola possui o Projeto Político Pedagógico?

() SIM

() NÃO

2.2 Você participou da elaboração do projeto político-pedagógico desta escola?

() SIM

() NÃO

2.3 Qual a importância que você atribui ao fato de a escola necessitar ter um PPP?

2.4 Como aconteceu esta elaboração/ Implementação (inicial) do PPP? Você ficou satisfeito(a) tanto com o processo de elaboração do PPP, bem como com os de implementação e o de avaliação dos resultados alcançados?

2.5 Quanto tempo em média a escola passa elaborando o PPP dentro da duração de um ano letivo?

2.6 Depois da primeira elaboração o projeto político-pedagógico já foi revisado? Quais as principais alterações? A cada quanto tempo tem sido enviada essas revisões/alterações? Como você as avalia? Por quê?

2.7 Houveram dificuldades encontradas pela gestão para que toda a equipe escolar participassem da elaboração do PPP? Caso sim, quais as principais?

2.8 A comunidade participou da elaboração do PPP? Por quê? (Caso sim, quais foram as sugestões? Como ou de que modo foram dadas? Motivadas geralmente em função do quê?).

2.9 Quais os objetivos e metas que foram priorizadas nos planos de ação, anexos ao PPP? Estão em execução?

2.10 Quais são hoje os maiores desafios para que o PPP seja, de fato, concretizado como um instrumento que defina a proposta de trabalho da escola?

2.11 Qual a relação ou como tem sido a interação entre PPP e Programas, Projetos e Planos de Ação que a escola têm implementado no cotidiano da gestão escolar?

2.12 Quais foram ou têm sido as fontes ou referenciais teórico-metodológicos para a compreensão e estruturação do PPP que a escola tem se pautado?

2.13 Quais são as competências e/ou habilidades imprescindíveis para um gestor escolar no que diz respeito ao processo de elaboração e implementação do PPP na Escola Pública?